

**AS PECULIARIDADES DOS INGLESES
E OUTROS ARTIGOS**

E. P. THOMPSON

ANTONIO LUIGI NEGRO E SERGIO SILVA
Organizadores

SERGIO SILVA

Apresentação

Departamento de Sociologia
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas

3ª edição
revista e ampliada

textos Didáticos
nº 10, vol. 2 - FEVEREIRO DE 1998

TEXTOS DIDÁTICOS

IFCH/UNICAMP

Setor de Publicações

Caixa Postal: 6110

CEP: 13081-970 - Campinas - SP

Tel. (019) 788.8342 - Fax: (019) 239.33.27

**SOLICITA-SE PERMUTA
EXCHANGE DESIRED**

Diretor: Prof. Dr. Paulo Miceli

Diretor Associado: Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rêgo

Comissão de Publicações:

Profª Amneris Angela Maroni - DCP, Profª Ana Maria Niemeyer - DA,
Prof. Italo A. Tronca - DH, Prof. Márcio Bilharinho Naves - DS, Prof.
Oswaldo Giacóia Jr. - DF e Prof. Rubem Murilo Leão Rêgo (Coordenador).

Setor de Publicações:

Marilza A. da Silva, Elizabeth S. S. Oliveira e Magali Mendes

Gráfica

Sebastião Rovaris, Marcos J. Pereira, Luiz Antonio dos Santos, José
Carlos Diana e Leontina Marques Segantini.

Capa - Composição e Diagramação - Revisão - Impressão

IFCH/UNICAMP

SUMÁRIO

E. P. Thompson	5
<i>Eric John Hobsbawn</i>	
Peculiaridades de E. P. Thompson.....	11
<i>Alexandre Fortes, Antonio Negro e Paulo Fontes</i>	
Thompson, Marx, os marxistas e os outros.....	47
<i>Sergio Silva</i>	
A história vista a partir de baixo	57
<i>E. P. Thompson</i>	
Modos de dominação e revoluções na Inglaterra	73
<i>E. P. Thompson</i>	
Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”	95
<i>E. P. Thompson</i>	
Bibliografia: outros escritos e entrevistas de Thompson	107



E. P. THOMPSON¹

E. J. HOBSBAWM

E. P. Thompson, historiador, socialista, poeta, ativista, orador, escritor – em seu tempo – da mais fina e polêmica prosa deste século, provavelmente gostaria de ser lembrado pelo primeiro termo dessa lista. E, de fato, quando suas várias campanhas tiverem sido esquecidas, *A formação da classe operária inglesa*, e muitos outros trabalhos seus, ainda serão lidos com admiração e inflamação.

Tanto como historiador quanto na vida pública, Edward Thompson projetou-se como um foguete. *A formação*, publicado em 1963 e escrito por um professor da área de educação popular praticamente desconhecido fora dos estreitos círculos da velha e da nova esquerdas, foi instantaneamente reconhecido como um clássico e tornou-se aquilo que foi certamente o mais influente livro de história oriundo do radicalismo anglo-saxão dos anos 60 e 70. E não só entre os radicais, diga-se. Nos anos 80, Thompson era, de acordo com *Arts and humanities citation index*, o historiador do século XX mais recorrentemente citado em todo o mundo e um dos 250 autores mais freqüen-

¹ N. do T.: Originalmente publicado no jornal *The Independent*, de 30 de agosto de 1994. Republicado em *Radical History Review*, nº 58, 1994. Tradução de ANTONIO LUIGI NEGRO. Revisão do professor MICHAEL HALL.

temente citados de todos os tempos. Quando se lançou nas campanhas contra o desarmamento nuclear nos anos 80, galgou, com rapidez impressionante, uma posição similar à desfrutada – numa fase anterior do movimento – por Bertrand Russell. Não fosse o isolamento da pequena esquerda marxista, o dom de Thompson para a proeminência teria sido reconhecido desde logo e de forma mais ampla. Em 1956, foi (junto com John Saville) o primeiro líder da oposição pública ao stalinismo no interior do Partido Comunista – do qual era, há muito, dedicado integrante.

As fadas que o visitaram em seu berço – se a metáfora é correta para uma criança filha de missionários metodistas anglo-americanos magnânimos, liberais e de longa data antíperialistas – trouxeram-lhe muitos dons: um poderoso intelecto aliado à intuição do poeta, eloquência, amabilidade, charme, presença de espírito, uma voz maravilhosa, uma admirável expressão dramática, que ficou grisalha e fendida com o passar do tempo, carisma e celebridade em profusão.

A única coisa negada por elas foi capacidade de edição – ele invariavelmente escreveu mais que pretendia – e habilidade para planejar sua carreira (com a exceção de, logo cedo, esposar sua parceira e colega historiadora, Dorothy). Seguindo um curso intuitivo e flexível, moveu-se segundo os ventos e correntes da experiência política e privada, ou da combinação de ambos. Assim, a produção historiográfica de Thompson foi interrompida por sua noção de isolamento, como um homem de esquerda das várias “novas esquerdas” dos anos 60 e 70 e, de novo, por sua militância antinuclear. Repetidamente, ele parecia suspender um veio de pesquisa enormemente promissor para perseguir uma outra presa intelectual. Seu trabalho acerca da história social da Grã-Bretanha pré-industrial, cuja escrita começou a transformar por meio de profundos ensaios no início dos anos 70, produziu

finalmente a coletânea *Customs in common* (1991), publicada em edição de bolso por Penguin nas suas últimas semanas de vida. Seu livro sobre Blake (a quem, junto a Vico, Marx e William Morris, via como seu antepassado) encontra-se no prelo.²

Com o tempo, as fronteiras entre história e autobiografia tornaram-se indistintas, tanto que, em certas ocasiões, voltou-se para inquirir algum aspecto da trajetória dos Thompson, pois se pensava profundamente marcado por suas origens, onde despontavam sua trajetória e a relação póstuma com seu irmão mais velho, Frank, supostamente mais brilhante, e certamente mais favorecido. Frank o precedeu no Partido Comunista e foi morto aos 21 anos enquanto trabalhava no Executivo de Operações Especiais na Bulgária, onde recebeu o modesto reconhecimento de herói do povo búlgaro. Tradição e lealdade, dentro e fora do círculo familiar, eram caras a Edward Thompson.

Progressivamente, escreveu sobre história e qualquer outra coisa na apresentável figura de um cavalheiro rural inglês (e não britânico) e tradicional da esquerda radical. Este papel, embora não persuasivo, coadunou-se bem com a profundidade de sua imersão na história de seu povo e sua Constituição, e com a paixão de sua vinculação a homens e mulheres do passado que ele tanto interpretou e que, em sua magnífica sentença, buscou “resgatar (...) dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade”.

O primeiro trabalho importante de Thompson foi a biografia de William Morris, *Romantic to revolutionary* (publicada em 1955 e revista em 1977). Suas mais importantes publicações em história depois de *A formação da classe operária inglesa* vieram a público durante os

² N. do T.: O livro já se encontra publicado: *Witness against the beast* (Cambridge University Press, 1993).

anos 70 principalmente, e eram referidas ao século XVIII. *Senhores e caçadores* e *Albion's fatal tree* (de que era co-autor) saíram em forma de livro, assim como a coletânea alemã de seus brilhantes e enormemente influentes artigos. Uma versão inglesa, mais elaborada, surgiu com *Customs in common*.³ Sua influência internacional expandiu-se após 1969, quando passou a integrar o corpo editorial de *Past & Present* e começou a participar de mesas redondas internacionais em história social, organizadas (principalmente) sob os auspícios da Maison des Sciences de l'Homme em Paris. Sua principal obra teórica, *A miséria da teoria*, elaborada em cima de críticas dirigidas a Althusser (então muito influente) e a algumas teses defendidas por Anderson e Nairn na *New Left Review*, apareceu em 1978.

A obra de Thompson aliou paixão e intelecto, os dons do poeta, do narrador, do analista. Ele foi o único historiador que conheci dono não só de talento, brilhantismo e erudição – e da dádiva da escrita – como também capaz de produzir algo de qualitativamente diverso de tudo aquilo que o resto de nós produziu, implausível de ser medido pela mesma escala. Deixe-nos simplesmente chamar de genial, no sentido tradicional da palavra. Nenhum trabalho de sua maturidade poderia ter sido escrito por qualquer outra pessoa. Seus admiradores perdoam-no muito por isso, inclusive seu humor flutuante, uma incerta relação com organizações políticas e seus quadros, e ocasionais erros e acertos das incursões do seu imaginativo intelecto pela teoria. Seus amigos perdoam-no em tudo.

Após romper com o Partido Comunista em 1956, persistiu, essencialmente, como um lobo solitário da esquerda, posição de onde

³ N. do T.: Outra coletânea de Thompson foi publicada recentemente sob o título *Making history. Writings in history and culture*. Nova Iorque, The New Press, 1994.

derivou um certo conforto ao não trajar insígnias do sistema, algumas das quais a ele injustamente negadas. Por um período breve, lecionou em uma universidade britânica, mas depois disso viveu como um estudioso independente, ora ensinando em universidades estrangeiras, ora escrevendo história, teoria e polêmica política para não mencionar poesia e, pelo menos, um romance de ficção científica *The sykaos papers* (1988). Por fim, enquanto não atuava, cuidava de seu jardim em Worcestershire. Morreu após longa enfermidade. Igualmente memorável como escritor, como trajetória pública e privada, legou traços profundos a todos os que o conheceram e à maioria de seus leitores.

Sua morte os deixa desolados. A perda para a vida intelectual, para a história e para a esquerda britânica não pode ainda ser dimensionada.

PECULIARIDADES DE E. P. THOMPSON

ALEXANDRE FORTES*
ANTONIO LUIGI NEGRO*
PAULO FONTES*

“A história não pode ser comparada a um túnel
por onde um trem expresso corre até levar
sua carga em direção a planícies ensolaradas.
Ou então, caso seja, assim geração após geração de passageiros
nascem, vivem na escuridão e, enquanto o trem ainda
está no interior do túnel, aí também morrem.
Um historiador deve estar decididamente interessado,
muito além do permitido pelos teleologistas,
na qualidade de vida, no sofrimento e nas satisfações
daqueles que vivem e morrem em tempo não redimido”

E. P. Thompson
“As peculiaridades dos ingleses”

* Doutorandos em História Social na Unicamp. Agradecemos a Adelaide Gonçalves, Cláudio Nascimento e a Huw Beynon a cessão de vários textos usados aqui.

Vida e História

Nascido em Oxford a 3 de fevereiro de 1924, Edward Palmer Thompson era uma pessoa de muitas idéias, muitas palavras e muitas atitudes. Isso não significa que fosse volúvel. Ao contrário, suas motivações foram bastante estáveis: idéias, palavras e atitudes se alimentaram mutuamente, refletindo-se na sua vida de modo duradouro. Dono de um pensamento hábil e original, eloqüente e apaixonado, lançou-se em inúmeros “combates pela história”. E, assim como Lucien Febvre, não se tratou somente de combates circunscritos à universidade, às salas de aula e a encontros acadêmicos. Para muito além desses recintos, suas biografias são marcadas pela imbricação entre história estudada e vivida.

Quando da II Guerra Mundial, interrompeu seus estudos em história na Universidade de Cambridge (onde, seguindo o caminho de seu irmão mais velho, Frank, havia aderido ao Partido Comunista) para servir no exército, indo para as frentes africana e italiana. (Há registros sobre ter sido, inclusive, oficial comandante.)¹ De volta para a Inglaterra, carregava consigo as esperanças abertas com a vitória sobre o nazi-fascismo e com a ascensão de forças de esquerda em vários países europeus, tanto no “Leste” como no “Ocidente”. Porém, igualmente, trazia uma grande dor, a morte de Frank (capturado e executado em 1944 na Bulgária), a quem Eric Hobsbawm – como se pode ler nessa coletânea – reputa ainda mais brilhantismo que ao

¹ Segundo Michael Bess (“E. P. Thompson: the historian as activist”. In: *American Historical Review*, vol. 98, nº 1, 1993, p. 20), “Edward comandou uma tropa de tanques na Sixth Armoured Division, lutando na África e, posteriormente, na Itália”. Ironicamente, W. L. Webb (“A thoroughly English dissent”. In: *The Guardian*, 30 de agosto de 1993) faz notar que “não pode ter havido muitos jovens oficiais da cavalaria comunistas de carteirinha desde os 16 no comando de um esquadrão de tanques 17/21st Lancers na batalha de Cassino”.

próprio Edward.² Em 1946, graduado na prestigiosa Cambridge, alista-se em uma brigada de solidariedade à Iugoslávia e contribui para o reerguimento do país, junto com outros voluntários de origens as mais diversas, participando da construção de estradas de ferro. Aí fica até 1947. No ano seguinte, casa-se com Dorothy Towers, com quem tinha partilhado não só a experiência de brigadista como também o interesse tanto pelo ativismo político quanto por história operária (de fato, Dorothy é uma das maiores especialistas em história do movimento cartista).³

Entre fins dos anos 40 e meados dos 50, Thompson dedicou-se intensamente a grandes predileções suas: a tradição da dissidência inglesa,⁴ a “educação popular” – em um ramo universitário classificado como “extramuros”, “extracurricular”, porque dirigido a um público não-acadêmico –, e o Partido Comunista da Grã-Bretanha (PCGB), de onde sairia, como veremos, em 1956, convencido da necessidade de um “socialismo humanista”, para ajudar a formar a Nova Esquerda. Em

² Para Bryan Palmer (*Edward Thompson. Objeções e oposições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996, p. 43), Frank “era a ponte entre as limitações liberais do pai e o potencial do comunismo”. Para melhor conhecer os episódios relativos à relação entre Frank e Edward, ao serviço militar de ambos e à morte de Frank, ver, também no mesmo livro, as páginas 44-52. Com sua mãe, Theodosia Thompson, Edward organizou o livro *There is a spirit in Europe: a memoir of Frank Thompson* (Londres, Victor Gollancz, 1947).

³ Dorothy Thompson é autora de *The chartists*. Nova Iorque, Pantheon Books, 1984. Também organizou, junto com James Epstein, *The chartist experience*. Londres, The Macmillan Press, 1982. Recentemente publicou *Outsiders: class, gender and nation*. Londres, Verso, 1993.

⁴ Isso lhe valeu, pelo menos, a redação de dois livros. O primeiro é *William Morris: romantic to revolutionary* (Londres, Lawrence & Wishart, 1955. Republicado em Nova Iorque, Pantheon, 1977). A primeira edição sofreu revisão pois o autor discordou de muita coisa escrita por ele mesmo, especialmente quanto ao seu marxismo. Já o segundo, *Witness against the beast* (Cambridge, Cambridge University Press, 1993), versa sobre William Blake.

1963, era impresso seu mais famoso livro *A formação da classe operária inglesa*, o qual, instantaneamente, foi reconhecido como uma obra profundamente renovadora – não só no campo da história operária, diga-se.

Dois anos depois de *A formação*, já reconhecido como talentoso pesquisador, publicou “As peculiaridades dos ingleses”, que constitui o núcleo fundador dessa coletânea. Em ambos os trabalhos, desponta seu dom em aliar boa escrita, a incisividade de suas afirmações e um certo pendor pela polêmica. Além da epígrafe que abre este artigo, destacamos, do prefácio do livro citado,⁵ não só a tradicional passagem onde afirma pretender resgatar os excluídos da história dos “imensos ares de condescendência da posteridade”, mas ainda outro trecho, lido com igual entusiasmo em diferentes épocas e lugares, onde rejeita a leitura da história feita “à luz da evolução posterior”, alertando para “causas que foram perdidas na Inglaterra”, mas que podem ser “ganhas na Ásia ou na África”. (E na América Latina, adendaríamos.)

Em meio a tantos outros, esses momentos da obra histórica de Thompson, que versou não só sobre classe trabalhadora e movimento operário – mas também sobre crime, protestos (individuais e coletivos) e o caráter tradicional e ativo da cultura popular – concorreram decisivamente para inspirar e dar forma e conteúdo a um modo diverso de se redigir a história, proposto a partir “de baixo”. A amplidão de suas pesquisas e a força de suas interrogações e análise lhe garantiram o que o tradicional *establishment* universitário britânico lhe negou: uma

⁵ William Sewell Jr especula que o prefácio de *A formação* pode ser “o mais freqüentemente citado” desde o de Marx em *Para a crítica da economia política*. Cf. “How classes are made: critical reflections on E. P. Thompson’s theory of working-class formation”. In: Kaye, H., McClelland, K., *E. P. Thompson. Critical perspectives*. Cambridge, Polity Press, 1990, p. 51.

recepção entusiasmada. Segundo Christopher Hill, “na Europa, Índia, Austrália, Brasil e Estados Unidos, ele era provavelmente o historiador britânico mais reconhecido”.⁶ A disseminação mundial de sua obra se deve, entre várias razões, a uma postura característica: “somente ao encarar a oposição sou minimamente capaz de organizar meus pensamentos”, escreveu.⁷

O debate, a polêmica e os compromissos políticos assumidos, aspectos determinantes tanto para sua distância frente à academia quanto para o largo alcance de seu trabalho, são decorrência não só da experiência de luta antifascista, ou da militância no Partido Comunista, na Nova Esquerda, no movimento pacifista, ou ainda de sua formação familiar. As bases para a repulsa e o apoio foram angariadas naquelas salas de aula onde Thompson encontrava interlocução e estímulo, freqüentadas por homens e mulheres comuns (trabalhadores manuais, bancários, funcionários de escritório, profissionais da seguridade social e professores da rede de ensino não-universitária), durante os cursos de educação de adultos da Universidade de Leeds (norte da Inglaterra). “Quando falava com eles do mundo do trabalho”, relembrou,

“percebia uma tradição oral muito vivaz e um grande ceticismo com relação à história oficial. Com freqüência, esse ceticismo está bem fundamentado. Por exemplo, os livros dizem simplesmente que em tal ou qual ocasião foi aprovada uma série de leis sobre a jornada de trabalho. Porém, não

⁶ In: *The Guardian*, 30 de agosto de 1993.

⁷ “An open letter to Leszek Kolakowski”. In: *The poverty of theory & other essays*. Londres, Monthly Review Press, 1978. (No Brasil foi publicado apenas o ensaio principal em *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.) Citado em Beynon, Huw, “Um historiador comprometido com os debates de seu tempo”. In: *Jornal do Brasil*, 4 de setembro de 1993.

contam como meninos eram escondidos em cestas erguidas até o teto quando da passagem dos inspetores”⁸.

Os desdobramentos posteriores desse encontro lhe valeram o feito de enfrentar em *A formação* várias visões consagradas da história inglesa com firmeza de opinião e original análise. A escola funcionalista, a marxista estruturalista, a ortodoxia fabiana, a ortodoxia dos historiadores econômicos empíricos, a ortodoxia de *o Progresso do peregrino*, todas comentadas no prefácio do livro, foram encaradas com posições cultivadas ao longo dos anos entre 1948 e 1965, período em que viveu em Halifax e trabalhou para a Universidade de Leeds.

Lecionando Extramuros

Aos 24 anos, Thompson foi admitido nos quadros do Departamento de Cursos de Extensão da Universidade de Leeds. Fundado em 1946, o departamento era parte da expansão da universidade inglesa no pós-guerra e seu chefe era o economista Sidney Raybould, muito reputado na época. Ele era apontado como o grande responsável pela respeitabilidade adquirida pelo departamento, um dos maiores da época no setor “extramuros”, por causa de sua atuação na área administrativa e por sua iniciativa quanto a publicações, gozando da confiança da direção da universidade.⁹

Até 1956, como vimos, Thompson era membro atuante do partido comunista. Foi como militante desse partido, portanto, que viveu o

⁸ Cf. “Entrevista a E. P. Thompson”. In: *Quaderni Storici*, nº 92, 1996, p. 409.

⁹ Para a redação deste item, estamos nos apoiando no relato de Searby, P., Rule, J. e Malcolmson, R., exposto em “Edward Thompson as a teacher: Yorkshire and Warwick”. In: Rule, J. e Malcolmson, R. (org.), *Protest and survival*. Londres, The Merlin Press, 1993.

período de abertura e retração políticas da Inglaterra (esta última pontificada pela guerra fria). Escreve-se que já no momento de sua contratação em Leeds, a estrutura universitária britânica começava a se tornar refratária a professores vinculados a posições de esquerda.¹⁰ Não obstante, numa entrevista recente, esse tempo ainda pôde ser recordado como uma época quando “a sociedade estava muito aberta e estimulante, cheia de espaços para ocupar”.¹¹

De todo modo, deve ter causado contragosto e inflamação uma assertiva sua ao comparecer a uma das primeiras reuniões de departamento. Quando afirmou ter ido para lá para “criar revolucionários”, não encontrou mais do que dois aliados, formando uma pequena minoria. Tal divisão iria, a bem da verdade, além de princípios políticos. O departamento mantinha convênios com a AET (Associação Educacional dos Trabalhadores, fundada em 1903), mas essa parceria não era vista com bons olhos por Raybould, alguém ansioso por equiparar o seu primeiro departamento aos padrões acadêmicos de outros departamentos da universidade. De sua parte, o pequeno grupo onde Thompson estava inserido propugnava uma relação entre professor e aluno pouco afeita aos rígidos padrões acadêmicos tradicionais. O grupo queria, antes de mais nada, romper a relação entre professor-expositor e audiência passiva-receptora, advogando que a experiência trazida para dentro das salas de aulas pela “gente comum” era um poderoso recurso didático, na qual os alunos não deviam enxergar motivos de vergonha ou autodesmerecimento.¹²

¹⁰ Cf. Bess, *op. cit.*, p. 20.

¹¹ Cf. “Entrevista a E. P. Thompson”, *op. cit.*, p. 408.

¹² Nossa experiência na área de educação popular (de ensinar aprendendo e aprender ensinando), majoritariamente vivida em ONGs e no Instituto Cajamar (cujo presidente de honra era Paulo Freire) nos faz ter grandes afinidades com a proposta da AET.

Para Thompson, seus alunos ofereceram-lhe um retorno fabuloso, alimentando duas grandes paixões, a literatura e a história social. “O professor acredita”, escreveu em um relatório sobre suas aulas em Cleckheaton no ano letivo de 1948-49, “que aprendeu tanto quanto comunicou”. Esta relação foi de particular importância para redigir *A formação*. Em outro relatório, sobre as aulas em Morley no ano letivo de 1963-64, cogitou ser difícil acreditar que a Revolução Industrial já tinha passado por lá. Impressionado com o “fundo de memória” escavado durante as discussões, pareceu-lhe que toda uma atmosfera do tempo de seu livro era ali revivida.

Não apenas Thompson registra esses fatos. Seus alunos também. Em uma das entrevistas feitas por Peter Searby, uma ex-aluna recorda que suas “aulas (...) tinham esse efeito de fazer com que você se dê conta que a história não era algo separado e aparte”. Pelo contrário, quando o assunto era a Revolução Industrial, os tecelões de Yorkshire, ou os ludditas, o aluno “rapidamente se apercebia o quanto você e sua gente eram parte daquilo tudo”. Os ludditas, por exemplo, eram uma matéria dos bancos escolares a qual Thompson contrapunha uma nova versão: a de que, novamente segundo sua aluna, “tinham um problema terrível, que estavam tentando resolver, vivendo em uma sociedade por eles vista como depreciadora”.¹³

Não por acaso, o que era para ser apenas um capítulo de um livro sobre a história do movimento operário inglês tornou-se o volumoso livro *A formação da classe operária inglesa*. O recuo em direção ao final do século XVIII, quando desponta a criação da Sociedade Londrina de Correspondência, pensado talvez como um recurso de narrativa, veio a dar origem a um dos livros mais importantes da historiografia britânica.

¹³ Cf. Searby, P., Rule, J. e Malcolmson, R., op. cit., pp. 9, 14, 17.

Como professor, Thompson é relembado com acuidade por seus ex-alunos não-acadêmicos. Severo mas gentil, incisivo mas elegante, polêmico, carismático, inteligente, eloqüente. Amante do debate, neles provocou a curiosidade pela história e literatura. Ou mais, suscitou o apreço por essas duas matérias. Não terá sido fácil, decerto. Mas o testemunho sobre o notório professor de uma ex-aluna mostra o quanto os objetivos da AET foram alcançados: “o calor humano e afeição que muito de seus ex-alunos ainda nutrem em relação a ele não se devem àquilo que se tornou mais tarde, mas pelo que era”.¹⁴

Em 1965, Thompson se transfere para a Universidade de Warwick para assumir a direção do recém-criado Centro de Estudos de História Social. Todavia, mesmo aí, não vivenciaria uma carreira acadêmica absolutamente plena.

Tal como Raybould em Leeds, foi um elemento decisivo para a consolidação do centro. Montou-o dinamicamente com seminários que reuniam pesquisadores seniores e das novas gerações. Asa Briggs, Royden Harrison, John Saville e Eric Hobsbawm lá estiveram. Assim como David Montgomery, um dos norte-americanos visitantes, que para lá foi como parte das estreitas relações entre o estudo da história social americana e britânica.¹⁵ Entre os jovens pesquisadores, nem todos orientandos de Thompson, pode-se citar Iorwerth Prothero, Gareth Stedman Jones, Eileen Yeo, Stephen Yeo, Peter Linebaugh, Sheila Rowbotham, Douglas Hay entre tantos outros. Fruto desses encontros e atividades provém *Albion's fatal tree*. Adicionalmente, começou a publicar os marcantes artigos sobre o século XVIII (hoje

¹⁴ Cf. Searby, P., Rule, J. e Malcolmson, R., op. cit., p. 17.

¹⁵ O fluxo entre Warwick e pesquisadores americanos contribuiu, certamente, para a difusão da obra de Thompson nos Estados Unidos. Além de Montgomery, Herbert Gutman e Eugene Genovese reconhecem sua influência.

reunidos na coletânea *Customs in common*), aderindo ao encontro entre história e antropologia. Novamente, o que era apenas para ser um capítulo (desta vez para uma coletânea, *Albion's fatal tree*) tornou-se uma empresa de muito maior fôlego. Seu artigo sobre a Lei Negra, lei que aumentou o número de penas capitais na Inglaterra do século XVIII, deu origem a *Senhores e caçadores*.

Acontecimentos relativos ao movimento estudantil abreviaram sua estadia em Warwick. Ao vasculharem os arquivos da universidade, ocupada pelos estudantes, estes descobriram que David Montgomery era alvo de um plano de espionagem e expulsão. Thompson, que até então demonstrara pouca tolerância com a rebeldia jovem de fins dos anos 60, não silenciou. Divulgou os planos e, com isso, abreviou sua passagem pela universidade como professor regular, desligando-se em 1971. Somente quatro anos mais tarde publicaria a coletânea e o livro citados.¹⁶

O Grupo de Historiadores do Partido Comunista Britânico

Um aspecto fundamental na formação intelectual de Thompson foi sua militância no PCGB. Sem dúvida, ele pode ser considerado um dos exemplos mais destacados da ligação indissolúvel entre militância e produção intelectual que Hobsbawm¹⁷ aponta como uma das principais características dos historiadores que se formaram no seio do partido entre 1946 e 1956.

¹⁶ Sobre isso, dois diferentes relatos se encontram em Palmer, op. cit., 150-157, e Bess, op. cit., p. 25-26. O próprio Thompson organizou um livro tendo o dito episódio como motivação. Cf. *Warwick university ltd*. Harmondsworth, Penguin, 1970.

¹⁷ Hobsbawm, Eric. "The historians' group of the communist party". In: Conforth, M., *Rebels and their causes*. London, Lawrence and Wishart, 1978, p. 26.

Constituído pela vontade de A. L. Morton de discutir com outros historiadores marxistas uma segunda edição do seu livro *A people's history of England*, o grupo de historiadores viria a se tornar não apenas uma das seções profissionais e culturais mais ativas e promissoras do PC, como também, um dos principais núcleos de elaboração e desenvolvimento do marxismo na Inglaterra.

Com o rápido crescimento da adesão de membros, a maioria dos quais jovens recém-formados, que em 1946 sequer tinham definido claramente qual viria a ser sua área de pesquisa, o grupo desenvolveu em pouco tempo uma estrutura organizacional própria no interior do partido (coordenação, secretaria e comitê) e passou a organizar-se por seções de “períodos” (antiga, medieval, séculos 16-17 e século 19), além da seção de professores e dos ramos locais estabelecidos em Manchester, Nottingham e Sheffield. As atividades desenvolvidas e o conteúdo dos debates do grupo passaram também a ser divulgados em um boletim próprio (*Our history*), além de outros órgãos da imprensa partidária.¹⁸

Nos seus dez anos de atuação, o impacto desta produção intelectual sobre os comunistas ingleses foi tamanho que a história veio a substituir as ciências naturais (representadas no interior do partido por ilustres membros da Cambridge High Science que hegemonizaram por um longo período o seu periódico teórico *Modern Quarterly*) como principal paradigma de análise marxista. Esta mudança, largamente desenvolvida num período posterior pela Nova Esquerda, possibilitou a crítica a uma visão determinista em que o socialismo era considerado o coroamento da realização histórica da racionalidade científica (com ênfase na economia planejada) e a passagem para um

¹⁸ Cf. Hobsbawm, op. cit., p. 27.

enfoque na capacidade de opção e ação humanas na construção de um novo projeto de sociedade.

Já no que diz respeito à influência mais geral da atuação do grupo e de seus desdobramentos, Hobsbawm elenca cinco grandes legados: 1) o próprio estabelecimento das idéias de “história social” e da “história de baixo para cima”, com a incorporação de movimentos e formas de expressão populares como parte ativa integrante do processo histórico; 2) o desenvolvimento de uma história do trabalho e do movimento operário com caráter não hagiográfico e propagandístico, mas atendendo aos requisitos disciplinares da produção de conhecimento histórico; 3) uma redefinição do campo de debates sobre a Revolução Inglesa do século XVII, seu significado e caráter (incluindo a participação dos setores populares e a existência de projetos alternativos ao que acabou se estabelecendo); 4) uma mudança significativa do ensino de história da Inglaterra, a partir inclusive de livros didáticos; 5) a consolidação de *Past and Present*, criada a partir da iniciativa de membros do grupo em plena guerra fria para ser um espaço de debate entre historiadores marxistas e não-marxistas, como uma das revistas históricas de maior importância internacional.¹⁹

A influência historiográfica de maior destaque nas origens deste trabalho coletivo foi sem dúvida alguma a publicação, no próprio ano de 1946, de *Studies in the development of capitalism*, de Maurice Dobb²⁰ (ele próprio sendo um dos únicos membros *senior* no interior do

¹⁹ Cf. Hobsbawm, op. cit., p. 44-45.

²⁰ A influência de Dobb sobre o grupo, incluindo a polêmica sobre o determinismo econômico presente na sua obra e o grau de continuidade e ruptura do grupo com a problemática por ela estabelecida são debatidas por Schwarz, Bill. “The people in history: the Communist Party Historians Group, 1946-1956”. In Johnson, R. (Org.) *Making histories*. Minneapolis, The University of Minnesota Press, 1982, p. 46-55.

grupo) e a polêmica de caráter internacional que se seguiu, na qual outros integrantes, como Christopher Hill e Rodney Hilton, tomaram parte ativa. Conforme a definição do próprio Hobsbawm, Dobb “ formulou nosso problema principal e central”.²¹

A necessidade de uma compreensão *histórica* do desenvolvimento do capitalismo inglês numa perspectiva marxista tornou-se assim o elemento aglutinador das energias intelectuais destes jovens historiadores. Esta grande tarefa coletiva, por outro lado, adequava-se perfeitamente às necessidades políticas do PCGB, o qual após a experiência de luta antifascista, passava a abandonar progressivamente a estratégia “soviética” de revolução e a esboçar o que foi consagrado no Congresso de 1951 como “a via britânica para o socialismo”. Tal estratégia envolvia basicamente a busca do alargamento das conquistas democráticas, herdadas de lutas populares ancestrais, como caminho para a construção do socialismo.

A conjuntura, que rapidamente evoluiu da euforia do pós-guerra (com as perspectivas de uma ampla frente democrática que desse continuidade ao antifascismo em tempos de paz) para a guerra fria, mostrava-se entretanto adversa a este tipo de vinculação entre tradições democráticas e socialismo. No campo da historiografia, nomes como, Hayek,²² não apenas semeavam em solo inglês as bases do que viria a ser o neoliberalismo, com sua afirmação da superioridade do capita-

²¹ Cf. Hobsbawm, op. cit., p. 23.

²² Friedrich August von Hayek, economista e cientista político de origem austríaca, celebrizado como teórico do “Estado mínimo”, foi um dos organizadores do livro *Capitalism and the historians*, e participou ativamente da polêmica sobre padrão de vida durante a Revolução Industrial do lado oposto ao do grupo de historiadores do PC. Exerceu influência decisiva na formação de lideranças conservadoras britânicas, como Margareth Thatcher, sendo resgatado na década de 80 como um dos ideólogos do neoliberalismo.

lismo enquanto modelo de desenvolvimento econômico, como também moldavam retrospectivamente a interpretação de processos históricos decisivos como a Revolução Industrial invocando a racionalidade de leis históricas que excluía todas as resistências e alternativas políticas derrotadas de registro e negavam qualquer crédito às lutas sociais do passado na construção da democracia e da prosperidade britânicas.

Neste contexto de estreita relação entre política e historiografia, reconstruir historicamente o processo de desenvolvimento do capitalismo numa perspectiva marxista passava a ser, imperiosamente, resgatar não apenas os antecedentes históricos que pudessem situar o PC como herdeiro de um longo passado de lutas populares mas ainda o modo como estas lutas tinham contribuído efetivamente para as conquistas materiais e culturais do povo inglês, assim como a permanente ação repressiva das classes dominantes no sentido de alijar as maiorias populares da condução do processo histórico. Na pauta das palestras públicas programadas pelo grupo, esta tradição de lutas incluía a rebelião camponesa de 1381, o utopista Thomas Morus, os setores extremados no interior da Revolução Inglesa (*levellers* e *diggers*), o socialismo utópico de Owen e os cartistas, assim como a liderança socialista de Tom Mann na constituição do “novo sindicalismo” do final do século XIX.

As ferramentas teórico-metodológicas utilizadas pelos membros do grupo para o desenvolvimento deste projeto ambicioso de construção de uma visão alternativa articulada sobre o desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra provinham (além da obra de Dobb, citada acima) de três vertentes principais.

A primeira delas era o resgate e aprofundamento de problemas históricos presentes nas obras de Marx, Engels e Lenin, os quais Donna Tor, uma das principais articuladoras do grupo, traduzira e

editara a partir da década de 30. Tanto Hobsbawm quanto Thompson salientam particularmente o impacto da *Selected correspondence of Marx and Engels* sobre o grupo, particularmente no que se refere às questões relativas ao papel da ação humana no processo histórico frente ao peso das determinações estruturais, formuladas, por exemplo, nas últimas cartas de Engels.

Em segundo lugar, o trabalho do grupo era não apenas influenciado como também se considerava seguidor da longa tradição da historiografia liberal-radical inglesa, cujo exemplo mais recente encontrava-se na obra *The common people* (1938) de Cole e Postgate. Esta historiografia, que encontrava-se sob fogo cerrado das correntes conservadoras e neopositivistas predominantes no meio acadêmico inglês seria resgatada de modo crítico mas simpático no trabalho posterior de membros destacados do grupo, como ocorreria com Christopher Hill em relação a Tawney (um dos formuladores da teoria da importância da ética protestante na ascensão do capitalismo) e com E. P. Thompson em relação aos Hammond²³ (pioneiros da história do movimento operário inglês).

Finalmente, os historiadores do Partido Comunista Britânico seriam profundamente afetados pelos debates no âmbito da crítica literária, tanto no envolvimento de membros e simpatizantes do partido como nas polêmicas com o setor aglutinado em torno da revista *Scrutiny*, cujo membro de maior destaque era Q. D. Leavis. Apesar da abordagem elitista de Leavis, que considerava os grandes escritores como sínteses isoladas da cultura nacional e negava qualquer capacidade de produção cultural própria às classes dominadas, sua visão da

²³ Cf. Tawney, R. H., *A religião e o surgimento do capitalismo*. São Paulo, Perspectiva, 1971 e Hammond, J.L. & Hammond, B. *The village labourer*. Londres, Longman, 1978 e *The town labourer*. Londres, Longman, 1978.

“organicidade” entre cultura e civilização (associada a uma vaga noção de “cultura popular”) como base da mais alta tradição de literatura inglesa e a denúncia dos malefícios da massificação faziam com que o PC o visse como um aliado nessa frente de luta “ideológica”. Esta relação com o debate literário e a problemática cultural teria servido, na visão de Hobsbawm, como uma garantia contra o determinismo econômico e viria a contribuir para que os membros do grupo se empenhassem em desenvolver uma “história social das *idéias*”,²⁴ especialmente da relação entre valores, crenças e representações e as formas de ação histórica dos setores populares, encontrando um de seus pontos altos no desenvolvimento dos trabalhos de Christopher Hill sobre a Revolução Inglesa e nas análises de Thompson sobre William Morris e William Blake.

Embora tributário destas três vertentes, os historiadores comunistas distinguiam-se delas pelo seu projeto coletivo de construção de uma história britânica a partir da perspectiva nacional-popular. A enorme dimensão desta tarefa, seja no aspecto da pesquisa, seja no do debate teórico-metodológico, fortaleceu o caráter coletivo da atuação destes historiadores. Deste modo, mais do que seguidores de algum membro mais destacado no seu meio (como do próprio Dobb, que permaneceu participando ativamente dos debates), eles vieram a construir a sua identidade intelectual enquanto parte de um grupo.

Seria possível afirmar que, no difícil contexto colocado pela guerra fria, o voluntarismo antifascista central ao *ethos* dos jovens membros do grupo foi canalizado para o resgate dos vínculos entre lutas passadas e os problemas e necessidades colocados pela construção de um projeto socialista nacional, antes do que por um envolvi-

²⁴ Cf. Hobsbawm, op. cit., p. 44, ver também p. 38.

mento mais intenso na militância tradicional dentro de um partido comunista onde o debate político era cada vez mais difícil. Deste modo, chama a atenção o fato de que, apesar do destaque intelectual e da importância relativa do grupo como organismo partidário, ele possuía peso praticamente nulo na direção do PC, sendo que o único dos seus membros a possuir algum cargo em 1956 (após dez anos de atuação no grupo e de dezesseis de filiação individual) era Edward Thompson, membro do Comitê Distrital de Yorkshire.²⁵

Afastados da condução política geral do partido e contando com a simpatia dos responsáveis pela área cultural, os membros do grupo poderiam, segundo Hobsbawm, gozar de uma boa margem de autonomia intelectual. Esta independência adviria de quatro fatores: 1) o fato de que a produção historiográfica marxista existente no período lidar com “problemas históricos reais” com significado relevante para a evolução da história como disciplina, ao invés de simples justificações ideológicas para a ação partidária; 2) a inexistência de uma “linha” partidária definida para a interpretação da maior parte da história inglesa; 3) o fato da maior tarefa do grupo ser o combate à historiografia conservadora e suas implicações reacionárias; 4) um certo “realismo antiquado” no interior do partido, que tendia a evitar que absurdos derivados de formulações teóricas abstratas fossem impostos à análise histórica.²⁶

A exceção dizia respeito à história recente do movimento operário e do próprio partido, sendo que a única tentativa de produção a respeito fracassou pela impossibilidade de se chegar a um projeto que

²⁵ Cf. Hobsbawm, op. cit., p. 28 e Saville, John, “The 20Th Congress and the British Communist Party”. In: *The Socialist Register*, Londres, Merlin Press, 1976.

²⁶ Cf. Hobsbawm, op. cit., p. 33, 34.

compatibilizasse os interesses da direção partidária com a abordagem dos historiadores.²⁷

Poderíamos localizar aqui a origem do nó central da crise de 1956 que levou a maior parte do grupo a abandonar o partido. De um lado, este desenvolvimento de uma produção historiográfica crítica e aberta à investigação possibilitou ao grupo um alto desenvolvimento de questionamentos éticos e políticos que cada vez mais colocavam o imperativo de um posicionamento explícito sobre as questões históricas do presente, incluindo os próprios problemas do partido e da construção do socialismo. De outro, o tratamento dado pela direção partidária a estes mesmos problemas pautava-se, no auge do stalinismo, pela supressão do debate e ocultamento de fatos “desagradáveis” ou “incômodos”, o que se chocava com a postura teórico-metodológica dos historiadores.

De um lado o grupo começava a ganhar visibilidade pública, através de trabalhos como *Democracy and the labour movement* (1954), onde Hill apresentava seu artigo sobre o “jugo normando”²⁸ colocando em novas bases o debate sobre soberania popular e democracia. De outro, a morte de Stalin abria caminho para que a dimensão do significado do seu totalitarismo fosse pela primeira vez plenamente conhecida dos comunistas ocidentais, muitos dos quais tinham passado quase duas décadas atribuindo as informações a respeito apenas à propaganda imperialista. Um choque de grandes proporções se aproximava, e a partir daí os caminhos abertos pelo grupo de historiadores se afastariam em grande medida do PCGB, ainda que alguns

²⁷ Cf. Hobsbawm, op. cit., p. 29.

²⁸ Tradição popular que apontava todas as injustiças sociais e políticas da Inglaterra como decorrência da invasão normanda e idealizava a igualdade originária entre os saxões.

de seus membros (a exemplo do próprio Hobsbawm) tenham permanecidos neste último até sua extinção no início dos anos 90.

1956

Quando o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética encerrou-se, em fevereiro de 1956, suas resoluções pareciam abrir perspectivas de uma gradativa flexibilização e democratização, tanto da URSS e países do Leste europeu, quanto do movimento comunista internacional.²⁹ A avaliação feita sobre o período stalinista neste Congresso assumia a existência de erros e atribuía sua responsabilidade ao próprio Stalin.

Porém, não tardou para que rumores sobre a existência de um informe secreto na sessão de encerramento do Congresso (onde a referência a “erros” genéricos era substituída por um relato detalhado de crimes atrozes) começasse a se espalhar. Embora os “delegados fraternos” estrangeiros estivessem oficialmente fora desta sessão, havia evidências (que somente se ampliaram desde então) de que tiveram acesso, ao menos, às informações centrais sobre o seu conteúdo, que pouco a pouco começou a ser debatido em órgãos dos partidos comunistas da própria URSS, Polônia, Itália, Estados Unidos, entre outros, meses antes que a própria grande imprensa britânica viesse a publicar na íntegra o informe secreto. Já no que diz respeito à Inglaterra os três membros presentes: Harry Pollitt (secretário-geral), George Matthews (secretário-geral assistente) e R. Palme Dutt (vice-líder do partido e seu principal teórico) omitiram durante meses qualquer referência ao informe secreto e, posteriormente, minimizaram reiteradamente sua gravidade e importância.

²⁹ O relato que se segue baseia-se fundamentalmente em Saville, op. cit.

A possibilidade de acesso a publicações estrangeiras levou os historiadores do partido a uma consciência precoce (em relação ao conjunto da militância) sobre a dimensão do problema político colocado. Por outro lado, como salienta Hobsbawm, a situação os questionava diretamente através de dois problemas históricos básicos: o que havia acontecido? E por que tinha sido ocultado?³⁰

Não é de espantar, portanto, que os três episódios mais marcantes de oposição à forma como a direção partidária tratou a questão tenham sido protagonizados por historiadores do grupo: a publicação da revista *Reasoner* por E. P. Thompson e John Saville; a carta publicada nos periódicos partidários *New Statement* e *Tribune* e, finalmente, o informe da minoria no XXV Congresso em 1957.³¹

No caso particular de Thompson e Saville, filiados em Yorkshire, a iniciativa originalmente adotada foi a de escrever cartas e artigos para a imprensa partidária, inicialmente respondidos de forma oficial e burocrática e, depois, à medida que incluíam réplicas, excluídos de publicação.

Baseando-se na identificação de uma ampla crise partidária, que exigiria livre e profunda discussão, e tendo o espaço para tanto negado internamente, ambos lançaram-se à edição do *Reasoner*, publicação mimeografada que possuía, na sua primeira edição, 32 páginas, datilografadas pelo próprio Thompson e remetidas por trem a Saville, que as duplicava no escritório de um amigo e organizava mutirões para montar e grampear os exemplares em sua casa, após transportar as cópias de bicicleta. É a este amadorismo voluntarista na defesa de uma causa identificada como moralmente imperativa que Thompson refere-se na página final de “As peculiaridades dos ingleses” ao dizer

³⁰ Cf. Hobsbawm, op. cit., p. 41.

³¹ Cf. Hobsbawm, op. cit., p. 40.

que contra esta negação da experiência e da investigação (representada então pelo stalinismo e posteriormente pelo estruturalismo althusseriano e sua versão inglesa de Perry Anderson e Tom Nairn) “uns poucos de nós pilotamos nossas copiadoras em 1956”.

A enorme repercussão do *Reasoner*, que levou-os a identificar que a supressão do debate era muito maior do que supunham, provocou uma advertência, feita inicialmente pelo seu Comitê Distrital, e posteriormente pelo Comitê Central do partido. Apesar das ameaças, negaram-se a cessar a publicação (que já estava com seu segundo número pronto) enquanto não houvesse garantias de livre debate nos canais oficiais do partido. Thompson e Saville afirmavam estar, entretanto, dispostos, antes da impressão do novo número, a recorrer das medidas disciplinares que lhes seriam imputadas (suspensão ou expulsão) e levar adiante a luta no interior do partido até onde fosse possível. Durante este processo, irrompeu a crise do canal de Suez, e deu-se uma intervenção brutal dos exércitos inglês e francês contra os egípcios, mobilizando toda a militância socialista inglesa na denúncia da agressão imperialista e em defesa da paz mundial. Na véspera da impressão do *Reasoner*, porém, a URSS desencadeou uma intervenção militar na Hungria, encerrando as expectativas de que seria possível no Leste Europeu o desenvolvimento de um processo de desestalinização e democratização gradativa.

Diante da avaliação deste quadro internacional e do esgotamento das esperanças na abertura de canais de discussão internos ao partido na Inglaterra, Thompson e Saville, ao serem suspensos em decorrência da publicação do terceiro número do *Reasoner*, optaram pela desfiliação, assim como a maioria dos membros do grupo de historiadores e 7 mil outros militantes comunistas (quase um quinto do total de filiados). Assim o PC Britânico perdeu de uma só vez não apenas

um brilhante grupo de intelectuais engajados, com crescente projeção e influência internacional, como também uma grande possibilidade de vir a se constituir em uma organização importante e influente no interior do movimento operário inglês.

Nova Esquerda e Peculiaridades

Os dissidentes do PCGB em 1956 constituíram o principal núcleo do movimento político que passou a ser conhecido como Nova Esquerda. Dele faziam parte grandes nomes da intelectualidade marxista inglesa como Raymond Williams, Doris Lessing, Raphael Samuel, Ralph Miliband, Dorothy Thompson, E. P. Thompson, John Saville, entre outros.³²

Thompson e Saville, dando continuidade a sua atuação como dois dos mais proeminentes dissidentes comunistas, partiram de sua experiência na publicação do *Reasoner* para fundar a revista *New Reasoner*, que imediatamente tornou-se o principal porta-voz da Nova Esquerda britânica. O próprio nome da revista, inspirado em uma publicação editada no início do século XIX por John Bone, já indicava o interesse de seus fundadores em continuar recuperando os elos de ligação com socialistas e radicais ingleses do passado. Particularmente Thompson, empenhado em seus estudos sobre William Blake e William Morris, insistia nas possibilidades da confluência destas tradições com o marxismo para a renovação da esquerda e construção de um “socialismo humanista”.³³

³² Cf. Palmer, Bryan, op. cit., p. 92.

³³ Para uma análise das idéias de Thompson e dos debates do período sobre um socialismo humanista, ver Soper, Kate. “Socialist humanism”, In: Kaye, H., McClelland, K., op. cit. Ver também o artigo de Thompson “Socialist humanism:

A revista era um espaço aberto tanto de debate e divulgação de reflexões da dissidência comunista quanto de crítica ao stalinismo e à política social-democrata. Sua amplitude não se restringia apenas à Grã-Bretanha. Autores como o dissidente húngaro Imre Nagy e o poeta Adam Wazyc, documentos e debates sobre Antonio Gramsci, temas como a luta contra o colonialismo e as campanhas pelo desarmamento nuclear desencadeadas pelo Campaign for Nuclear Disarmament (CND) encontraram guarida em suas páginas.

Em 1959 a *New Reasoner* foi fundida com a *Universities and Left Review* (criada por um grupo de estudantes socialistas de Oxford) surgindo assim a *New Left Review*, principal instrumento de divulgação do debate político e teórico da Nova Esquerda britânica durante vários anos e existente até os dias de hoje.

Após um rápido crescimento no final dos anos 50, com a ampliação da tiragem da *New Left Review* e o surgimento em toda a Inglaterra de uma série de grupos, clubes e centros de atividade socialista inspirados em suas idéias e debates, a Nova Esquerda entrou em declínio não conseguindo firmar-se como uma forte alternativa política na esquerda britânica.³⁴ No começo da década de sessenta praticamente todo o grupo que havia dado origem à revista estava dissolvido e politicamente desarticulado. Além disso, a *New Left Review* encontrava-se em séria crise financeira e os clubes e centros de discussão e atividade refluíam. E. P. Thompson resumiu assim a situação do grupo em 1963:

an epistle to the philistines” publicado em *New Reasoner*, nº 1 (2º trimestre de 1957).

³⁴ Cf. Bess, op. cit., p. 24.

“creio que não revelo nenhum segredo se afirmo que o movimento que durante algum tempo se considerava a ‘nova esquerda’ se encontra agora completamente disperso tanto organizativa, como em certa medida intelectualmente. Fracasamos na realização de nossos propósitos originais e na conservação do aparato cultural que havíamos nos proposto a colocar de pé”.³⁵

Foi neste momento que uma nova geração de intelectuais marxistas assumiu a direção da *New Left Review*. A maioria dos membros do antigo grupo fundador experimentou, a partir de então, um forte isolamento e afastamento de uma vida política mais ativa. Ao mesmo tempo Perry Anderson, um dos expoentes desta nova geração, tornou-se em março de 1963, o novo editor da revista.

A ascensão deste grupo, que ficou conhecido como a “segunda” Nova Esquerda, significou uma grande inflexão no debate político e alterações na linha editorial da revista. Os chamados debates teóricos no campo do marxismo passaram a predominar em suas páginas e artigos de autores estrangeiros como Althusser, Mandel, Balibar, Colletti, entre outros tornaram-se constantes.³⁶

Iniciava-se uma nova fase na esquerda britânica. A influência do filósofo francês Louis Althusser e seu estruturalismo marxista fazia-se crescente (como de resto em grande parte da esquerda ocidental). Provavelmente sua maior consequência para o pensamento socialista foi o domínio do que Eric Hobsbawm chamou de “atração

³⁵ Citado em Teodori, Massimo. *Las nuevas izquierdas europeas*. Barcelona, Blume, 1978, p. 164.

³⁶ Como afirma Brian Palmer, demonstrando a alteração de rumos da revista e o conseqüente afastamento de Thompson e da geração da “primeira” Nova Esquerda: “Nessa segunda [Nova] esquerda, pouco havia de Blake, porém muito da ‘ciência’ da teoria marxista do continente europeu”. Palmer, Brian, op. cit., p. 100.

geral pela teorização pura³⁷ durante um período de mais de dez anos e com algumas repercussões até os dias de hoje.

Esta nova linha editorial da *New Left Review* contrastava abertamente com o rumo adotado pelos principais ex-participantes do grupo de historiadores do Partido Comunista, como o próprio Thompson. Basta lembrar que é neste mesmo ano de 1963 que ele publica *A formação da classe operária inglesa*, no qual, através de um trabalho de altíssima densidade, tanto empírica como teórica, retoma o projeto de articulação de uma história popular inglesa, tendo como novo referencial político não mais a identificação de uma organização (o PC) como herdeira desta trajetória de lutas, mas as múltiplas experiências que expressam a classe trabalhadora em seu processo de constituição.

Nesta obra, podemos identificar a busca de resposta a um legado de problemas historiográficos herdados do grupo de historiadores do PC, como, por exemplo, a noção de *experiência* como chave para superar a contradição entre *determinação e agência humana* no interior da historiografia marxista. Ao mesmo tempo, a persistência da teoria do “jugo normando” é agora reformulada na idéia de que os trabalhadores viveram a revolução industrial e a contra-revolução política do final do século XVIII e início do XIX como “ingleses nascidos livres”. Assim, *A formação* dá o primeiro passo para superar a lacuna de pesquisas sobre o século XVIII e questionar sobre o que teria ocorrido com as energias revolucionárias do século XVII até o surgimento do movimento operário.³⁸ A continuidade da longa tradição de lutas po-

³⁷ Hobsbawm, E. J. “O marxismo hoje: Um balanço aberto”. In: *História do marxismo*, vol. XI. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 45.

³⁸ O desenvolvimento desta integração entre a história inglesa dos séculos XVII e XVIII a partir da relação entre consciência popular de direitos e as mu-

pulares expressa-se assim não mais em uma organização singular, mas numa gama de formas organizativas permeadas por tradições e valores reelaborados pela experiência.

Por outro lado, motivados pela vitória do Partido Trabalhista nas eleições inglesas de 1964, Perry Anderson e um novo colaborador na *New Left Review*, Tom Nairn, puseram-se a escrever uma série de artigos³⁹ onde buscavam compreender a nova conjuntura a partir de uma análise sistemática da história britânica do ponto de vista marxista, procurando abordar o desenvolvimento do capitalismo, a formação e estrutura das classes sociais, bem como a trajetória das ideologias naquele país.

No contraste entre a ênfase na experiência e a valorização das conquistas sociais, culturais e políticas da classe trabalhadora inglesa de *A formação* e a condenação da incapacidade desta mesma classe em se tornar hegemônica na sociedade exposta nos artigos de Anderson e Nairn estavam definidos os termos do debate político e teórico que polarizaria a esquerda inglesa por mais de dez anos.

Um ano depois, Thompson, irritado com os rumos tomados pela *New Left Review*, publicou uma longa e indignada réplica aos artigos de Anderson e Nairn. Seu texto, intitulado “As peculiaridades dos ingleses” atacava vigorosamente vários dos pressupostos do marxismo “ortodoxo”. Não à toa, seria republicado 13 anos depois como comple-

danças nas estruturas macropolíticas pode ser acompanhado em Hill, Christopher, *Liberty against the law - some seventeenth-century controversies*. Londres, Penguin, 1996. Este trabalho de Hill contribui para o conhecimento do século XVIII assim como Thompson em *Senhores e caçadores e Customs in common*.

³⁹ Anderson, Perry. “Origins of the present crisis”. *New Left Review*, n° 23 e Nairn, Tom. “The English working class”. *New Left Review*, n° 24; “The British political elite”. *New Left Review*, n° 23; “The anatomy of the Labour Party 1”. *New Left Review*, n° 27 e “The anatomy of the Labour Party 2”. *New Left Review*, n° 28.

mento à edição original de *A miséria da teoria*, a contundente crítica de Thompson ao estruturalismo de Althusser.

“As peculiaridades dos ingleses” permite o contato com uma série de temáticas e debates que constituíam as principais preocupações de Thompson, tanto do ponto de vista político quanto teórico, e que praticamente estariam presentes em quase toda a sua obra. Foi uma tentativa, não apenas de resgatar o conjunto do projeto historiográfico do grupo de historiadores do Partido Comunista, mas também de atualizá-lo nas novas condições da década de 60. Assim, as discussões historiográficas sobre a Revolução Inglesa, o século XVIII, a formação e desenvolvimento das classes sociais ao longo de três séculos (temos uma rara oportunidade de observar como Thompson discorre sobre a história operária inglesa após 1832) bem como de suas principais ideologias encontram-se em “As peculiaridades dos ingleses”. Ao lado de importantes sistematizações sobre sua concepção de história e de temas centrais na sua obra, como o conceito de classe social e a crítica ao modelo base-superestrutura, Thompson está profundamente preocupado com o desenvolvimento da pesquisa sobre as formas nacionais particulares (no caso, inglesas) de dominação de classe e de resistência popular (baseadas na experiência humana concreta) a fim de fundamentar um projeto socialista democrático e humanista.

Enfim, trata-se de um texto em que é possível travar contato com várias das facetas de Thompson: sua paixão pelo debate, suas cáusticas ironias, seu engajamento militante na construção de uma nova visão de esquerda a partir de um socialismo-humanista e sobretudo sua fantástica forma de traduzir para uma problemática historiográfica, problemas políticos contemporâneos.

Como nos lembram Huw Beynon e Christopher Hill, a sua visão da história “envolvia-o em perene engajamento com o presente. Ele

era um intelectual público”, estando permanentemente preocupado “com a relevância da história para o presente”.⁴⁰ o que fez dele uma figura pública de grande destaque, inicialmente no seio da esquerda britânica e, posteriormente, na sociedade como um todo (a partir de seu papel de liderança na luta antinuclear). Deste modo, Thompson contribuiu para o desenvolvimento da compreensão da história enquanto política, entendida no sentido do compromisso com a vida e os desejos dos homens e mulheres reais.

Uma, Duas, Três, Mil Peculiaridades?

Não deve causar estranheza o longo período de tempo abarcado por “Peculiaridades”. Se o pleno significado do conjunto da obra de Thompson apenas pode ser adequadamente dimensionado quando se contextualiza sua produção historiográfica e teórica com relação à sua trajetória política e aos questionamentos e desafios que esta prática lhe colocou (e a outros integrantes de sua geração igualmente), vale dizer que o texto foi escrito para polemizar com artigos que buscavam no passado as origens da crise do momento de então (assinados por Anderson e Nairn). Crise essa, basicamente, marcada pela estratégia política moderada do Partido Trabalhista e por outros fenômenos como burocratização das instituições da classe trabalhadora, conservadorismo, acomodação com a estrutura social inglesa (fortemente ancorada no imperialismo e na hierarquia de classe) e, igualmente, pela exaustão política da Nova Esquerda. Em ambos os lados da polémica, redige-se a história da Inglaterra com os olhos voltados para

⁴⁰ Beynon, Huw, op. cit., e Hill, Christopher. “From the awkward scholl”. In: *The Guardian*, 30/08/93.

seu presente, e futuro. Assim, segue, como decorrência, todo um debate político contemporâneo (da época) sobre os impasses, perspectivas e problemas da Nova Esquerda, em particular, e da esquerda democrática e socialista em termos mais gerais.

Todavia essa não é a única face de “Peculiaridades”. O ensaio pontua outros desdobramentos da vida e obra de seu autor. Sua inflexão radical em direção ao século XVIII (que o faria “teorizar” sobre a luta de classes sem classes),⁴¹ o recurso recorrente ao conceito de “economia moral” e os primeiros movimentos da polêmica contra o estruturalismo estão entre tais desdobramentos.

Uma de suas proposições mais inspiradoras afirma que, se há confronto entre a pesquisa empírica e o modelo, é este último que há de ser modificado. Em contrapartida, acreditamos que isso não significa apoiar a profusão de mil peculiaridades nacionais, regionais ou microscópicas. Ao contrário, é preciso cautela diante de supostas excepcionalidades.

Em uma comunicação sobre a legislação trabalhista corporativa no Brasil, sua impressionante – e única – longevidade, e os paralelos existentes com sua matriz inspiradora (a Carta del Lavoro, elaborada na Itália de Mussolini), seu autor, informado pelos recursos da história comparativa, alerta para os perigos de supostas “peculiaridades dos brasileiros” e descreve a legislação nacional parafraseando – voluntariamente – o sistema norte-americano (exemplo usual de sistema de relações de trabalho liberal e de negociação direta, sistema este que é o inverso do corporativista). Concluindo serem semelhantes os

⁴¹ Ao contrário do que escreveu Emir Sader no *Jornal do Brasil*, o cartismo não é, como mostra o trabalho do próprio Thompson sobre o século XVIII e a própria estrutura cronológica de *A formação*, a “primeira forma de organização política da classe trabalhadora”.

efeitos alcançados (o preço do reconhecimento legal dos sindicatos e da negociação coletiva é o controle da liberdade de ação do movimento operário), propõe que consideremos o corporativismo menos fora de série do que o geralmente admitido e conclui, de modo provocativo, que “o Brasil pode ser um país como qualquer outro”.⁴²

Se não parece haver muito futuro para a busca, em si mesma e por si só, de excepcionalidades históricas nacionais,⁴³ o convite à realização de muita “pesquisa árdua”, feito em “Peculiaridades”, permanece válido e atual, recolocando o problema do encontro entre modelo e pesquisa empírica. Haveria um universal, qual seja, os grandes processos se dão de modo histórico, isto é, particular. Portanto, Thompson combate a elevação de experiências históricas à condição de modelo geral. A Revolução Francesa, ou uma determinada leitura sua, não é “a” Revolução Burguesa. E o mesmo se dá com a experiência soviética da ex-URSS, que não esgota o projeto de transformação socialista. Nota desse mesmo acorde, discorda da leitura onde a Revolução Gloriosa é uma revolução burguesa “prematura”⁴⁴ que uma burguesia “débil”, “apática” – a qual, por sua vez, teria produzido um proletariado “subordinado”. Thompson deslocou essa maternidade da burguesia quanto à classe trabalhadora e foi, de modo original, buscar

⁴² Cf. Hall, Michael, “Corporatism, fascism, and the origins of brazilian labor law”. Comunicação apresentada no III Brazilian Studies Association Conference, 7 a 10 de setembro de 1996, King’s College, Cambridge, p. 5, 13-14.

⁴³ Cf. Wilentz, Sean, “Against exceptionalism. Class consciousness and the American labor movement, 1790-1920”. In: *International Labor and Working-Class History*, nº 36, 1984. Zolberg, A., “How many exceptionalisms?”. In: Katznelson, I. (org.), *Working-class formation*. Princeton, Princeton University Press, 1986. Lenger, F., “Beyond exceptionalism: notes on the artisanal phase of the labour movement in France, England, Germany and the United States”. In: *International Review of Social History*, nº 37, 1991.

⁴⁴ Isso nos leva a pensar que o emprego do termo “capitalismo tardio” deve ser diligente.

suas origens no século XVIII. Disso resulta que a classe trabalhadora não é o proletariado industrial fabril, assim como a história operária não é feita só de greves, sindicatos e partidos.⁴⁵

Um outro desdobramento do debate sobre o universal e o particular pode, igualmente, ser mencionado. O autor de “As peculiaridades dos ingleses” foi muitas vezes criticado por ser insular demais, pouco europeu, pouco dado à realidade global. Confrontado com a vasta produção de história mundial de Hobsbawm, sua própria circulação pessoal pelos mais diversos países e sua impressionante e desenvolvida cultura internacional, Thompson pode ficar, aparentemente, à sombra. Escrevendo aqui e ali sobre Antonio Gramsci, Thompson, todavia, alegou numa dessas passagens não crer que “o fato de Gramsci ter fundamentado seu pensamento sobre uma interrogação da cultura e história italianas tenha feito dele algo aquém de um internacionalista”.⁴⁶

A pesquisa “árdua” nos aguarda, e não precisamos, portanto, nos fazer acompanhar de anglicismos, mas de uma reflexão da história como processo em um contexto social determinado. Não precisamos, ainda, enxergar a *gentry* – descrita em “Peculiaridades” como “senão única, excepcional” – no Brasil, mas nossa burguesia, tal como a inglesa, tem origem fundiária conhecida.

Abatido, a saúde de Thompson foi acometida por uma longa enfermidade. Amargurado, viu com tristeza a Iugoslávia se tornar a ex-Iugoslávia imersa numa guerra deflagrada em nome da “limpeza étni-

⁴⁵ Ao mesmo tempo, *A formação* não dispensa atenção devida aos mineiros, categoria muitas vezes tomada como paradigma de proletariado industrial moderno mas que, a bem da verdade, tem uma história pregressa à aparição do capitalismo. Cf. Beynon, Huw & Austrin, Terry, *Masters and servants: class and patronage in the making of a labour organisation*, Londres, River Oram Press, 1994.

⁴⁶ Cf. “Foreword”. In: *The poverty of theory & other essays*, p. iv. Sobre as críticas à insularidade de Thompson, ver Palmer, op. cit., p. 9 e 10.

ca”. Talvez tenha pensado no esforço dele e de seu irmão, e de muitos outros igualmente, a dedicação e a generosidade com que toda uma geração do pós-guerra acreditou na construção – internacionalista – de um socialismo democrático. Uma experiência eco de uma outra anterior, as brigadas internacionais de voluntários na Guerra Civil Espanhola. Derrotadas, ambas foram solapadas pela acomodação dos interesses “maiores” das grandes potências.

Podemos, então, acreditar que vidas assim tenham sido em vão? Para responder afirmativamente, é preciso ignorar a derrota do nazifascismo, a existência (e a permanência, embora cambaleante) de um Estado de bem-estar social na Europa ocidental, o desarmamento nuclear e a consciência ecológica internacional. E será preciso, ainda, desconsiderar que valores como solidariedade, coletivismo, igualdade e democracia são também conquistas “reais”. Tais como as “materiais”. Para além disso, as idéias que expressam podem continuar a fazer sentido. Padrões de organização social podem mudar, de certo. Mas valores e crenças, por sua vez, podem sobreviver às mudanças. E isso depende de como práticas culturais e instituições lidam com as novas condições advindas com derrotas, crises, inovações tecnológicas etc.⁴⁷ Seja no “velho”, seja no “novo” mundo.

E. P. Thompson faleceu, aos 69, a 28 de agosto de 1993, ano da primeira edição brasileira de “As peculiaridades dos ingleses”. Lançado em setembro no Instituto Cajamar junto a uma audiência de trabalhadores e trabalhadoras com o apoio do Programa Memória e Documentação da CUT (vinculado à Secretaria Nacional de Formação

⁴⁷ Estamos nos referindo à discussão levantada por Huw Beynon em “A destruição da classe operária inglesa?”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 27, 1995.

dessa central), tal edição foi discutida em um encontro chamado Tributo a Edward Thompson.⁴⁸

Acreditamos que um evento como esse de nada terá valido se realizado para cultuar sua memória. Ele era um dissidente da ordem estabelecida⁴⁹ e sua importância reside na possibilidade que oferece para o repensar histórico da relação entre presente e passado com uma perspectiva que enxerga o mundo a partir de baixo.⁵⁰

Quais implicações podemos extrair dessa possibilidade para se escrever a história de um país como o Brasil? A explicação geral de ausência de revolução em uma nação imprensada entre o prematuro, o tardio, o *just-in-time*, o fora de hora e lugar, um país sem burguesia e proletariado “verdadeiros”, pode, desde há muito, ser questionada. Muito da pesquisa “árdua” feita até agora, aquela que vai ao encontro

⁴⁸ Externamos aqui nossos agradecimentos à Maria Célia Paoli, a José Sérgio Leite Lopes e a Michael Hall, que atenderam nosso convite para o dito lançamento, integrando a mesa de debates.

⁴⁹ Thompson muito prezava a idéia de dissidência, entendida como uma discordância de valores em relação ao *status quo*. Em “As peculiaridades dos ingleses” ele defende como uma das especificidades da Inglaterra a existência de uma longa tradição de dissidência e pensamento independente que reunia desde eminentes membros da *gentry* como Newton, Fielding e Gibbon até inúmeras contribuições criativas de artesãos e dos setores populares em geral. Outros exemplos desta tradição podem ser vistos em seus artigos reunidos em *Writing by candlelight*, Londres, Merlin Press, 1980. Paul Barker (ex-editor da revista *New Society*) inclui o próprio Thompson na rica linhagem de dissidentes ingleses ao lado de Tom Paine, William Cobbett, William Hazlitt e George Orwell. Eles seriam alguns dos *troublemakers* (na frase cunhada por A.J.P.Taylor’s). Cf. Barker, Paul. “A voice of true dissent” in *Times*, 31/08/1993.

⁵⁰ Podemos ter em relação a Thompson, e à historiografia social britânica, postura semelhante por ele advogada quanto ao marxismo, que o via “menos como um sistema autosuficiente e mais como uma importante influência criativa no interior de uma tradição socialista mais ampla”. Cf. “A pssay in ephology”. In: *New Reasoner*, nº 10, 1959. Citado em Sparks, C., “Stuart Hall, cultural studies and marxism”. In: Marley, D., Chen, K-H., *Stuart Hall. Critical dialogues in cultural studies*. Londres, Routledge, 1996, p. 75.

das (e não de encontro às) fontes depositadas em arquivos e acervos, nos traz, muitas peculiaridades brasileiras desconhecidas. Se, no XX Encontro da Anpocs (realizado em 1996), o historiador Evaldo Cabral de Melo ainda podia lamentar a lacuna de estudos sobre mocambos de negros, consideramos que isso já não é mais possível hoje. Tratando não só de negros como de índios amocambados e aquilombados pelo Brasil e pelas Guianas, *A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil* choca-se com o argumento que sustenta que excluído não faz história, que escravo é uma “coisa” *aferrada* aos seus “desvãos”.⁵¹ Se esse trabalho é, apenas, um exemplo, serve ao mesmo tempo para repensarmos argumentos como “não tivemos revoluções por aqui, só acordos pelo alto entre as elites”. E serve, outrossim, para elaborarmos uma história a partir de baixo capaz de dar conta da alteridade, que não seja evolutivamente contada a partir da voz de um partido único.

Estabelecendo paralelos interessantes com o caso brasileiro através de uma discussão comparativa internacional (procedimento salutar contra o achado incessante de peculiaridades), o sociólogo sul-africano Eddie Webster comenta o quanto a teoria da dependência serviu para excluir a gente comum, a luta de classes e as próprias classes sociais da história. E destacou o quanto a irrupção dos movimentos sociais no cenário político nacional do seu país (assim como no Brasil) foram importantes para nela forçar sua entrada.⁵² Confrontada com modelos explicativos daquela teoria, a experiência não apresenta atores sociais clássicos. A burguesia falhou aqui na sua missão. Depois, o proletariado foi incompleto. Não apresentou os traços euro-

⁵¹ Para maiores detalhes, cf. Gomes, Flávio dos S., *A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil – séculos XVII a XIX*. Campinas, tese de doutorado apresentada ao IFCH-Unicamp, 1997. Ver, especialmente, a conclusão.

⁵² Cf. “Sair da sala de aula e ouvir os trabalhadores”. In: *História Social*, nº 3, 1996.

peus consagrados e mergulhou em projetos de ascensão social, ou no conformismo.

Se em algum momento foi possível pensar que essas idéias tinham sido ultrapassadas pelas pesquisas recentes, a entrevista de um presidente da República serviu como alerta em contrário.⁵³ As forças impessoais das estruturas estão vivas. Uma a uma, as teses da idiotia rural, da passividade do proletariado, da adesão popular a líderes carismáticos e populistas, da fraqueza da sociedade civil, do atraso da nossa “modernidade”, no meio de diversas outras, ainda estão circulando nas mais variadas falas, nos mais diferentes meios – imprensa, universidade, política, economia, cultura. Talvez hoje, mais do que nunca, a leitura e a inspiração que as idéias de Thompson nos trazem sejam essenciais para formular novas “dissidências”.

Imaginando o quanto teria de relevo para o debate da “nova ordem mundial”, seus neoliberalismos e suas globalizações, Perry Anderson⁵⁴ se indaga sobre o que Thompson ainda poderia ter produzido caso tivesse tido a mesma fortuna de Christopher Hill – o qual, octogenário, produz normalmente.⁵⁵ Não é descabido esse exercício, pois Thompson escreveu, sem saúde, *Witness against the beast*.⁵⁶ Não o é, igualmente, porque nos ajuda a superar a lacuna (a que alude Hobsbawm nessa coletânea) aberta com sua ausência. Não o é, ainda mais, porque sua ausência, uma vez entendida como desafio, pode servir como estímulo para se ir adiante sem o lamento da falta de um “guia iluminado”.

⁵³ Cf. “FHC põe suas idéias no lugar”. In: *Folha de São Paulo*, 13/10/1996.

⁵⁴ Cf. “Diario de una relación”. In: *El cielo por asalto*, nº 6, 1993-94, p. 15-16.

⁵⁵ Cf. Hill, C., *Liberty against the law*, op. cit.

⁵⁶ Cf., ainda, seu outro livro, editado postumamente, *The romantics. England in a revolutionary age*. S.l., New Press, 1997.

the 1990s, the number of people with a mental health problem has increased in the UK (Mental Health Act 1983, 1990).

There is a growing awareness of the need to improve the lives of people with mental health problems. The Department of Health (1998) has set out a strategy for mental health care in the UK, which includes the following aims:

- (i) to improve the lives of people with mental health problems;
- (ii) to reduce the need for hospital care;
- (iii) to improve the effectiveness of mental health services;
- (iv) to improve the training and professional development of mental health workers;
- (v) to improve the way in which mental health services are funded.

There is a growing emphasis on the need to improve the lives of people with mental health problems, and to reduce the need for hospital care.

The Department of Health (1998) has set out a strategy for mental health care in the UK, which includes the following aims:

- (i) to improve the lives of people with mental health problems;
- (ii) to reduce the need for hospital care;
- (iii) to improve the effectiveness of mental health services;
- (iv) to improve the training and professional development of mental health workers;
- (v) to improve the way in which mental health services are funded.

There is a growing emphasis on the need to improve the lives of people with mental health problems, and to reduce the need for hospital care.

The Department of Health (1998) has set out a strategy for mental health care in the UK, which includes the following aims:

- (i) to improve the lives of people with mental health problems;
- (ii) to reduce the need for hospital care;
- (iii) to improve the effectiveness of mental health services;
- (iv) to improve the training and professional development of mental health workers;
- (v) to improve the way in which mental health services are funded.

There is a growing emphasis on the need to improve the lives of people with mental health problems, and to reduce the need for hospital care.

The Department of Health (1998) has set out a strategy for mental health care in the UK, which includes the following aims:

- (i) to improve the lives of people with mental health problems;
- (ii) to reduce the need for hospital care;
- (iii) to improve the effectiveness of mental health services;
- (iv) to improve the training and professional development of mental health workers;
- (v) to improve the way in which mental health services are funded.

There is a growing emphasis on the need to improve the lives of people with mental health problems, and to reduce the need for hospital care.

The Department of Health (1998) has set out a strategy for mental health care in the UK, which includes the following aims:

- (i) to improve the lives of people with mental health problems;
- (ii) to reduce the need for hospital care;
- (iii) to improve the effectiveness of mental health services;
- (iv) to improve the training and professional development of mental health workers;
- (v) to improve the way in which mental health services are funded.

THOMPSON, MARX, OS MARXISTAS E OS OUTROS

Sergio Silva

Edward Thompson parece ter sido um homem de estilo e idéias polêmicas. Basta dizer que, apesar de todo o seu prestígio internacional, fiel às suas opções, ele preferiu passar a sua vida de professor dando aulas em cursos secundários noturnos freqüentados por trabalhadores (com algumas exceções, como aquele tempo passado na universidade, para escrever *Senhores e caçadores*).

Mas essas suas características talvez só tenham alcançado o grande público leitor após a publicação da *Miséria da teoria*, que, na tradução brasileira, ficou sem os outros ensaios, entre os quais, o notável *As peculiaridades dos ingleses*, que já apresenta – num estilo menos agressivo e em torno de uma discussão da história da Inglaterra e da sua “reinterpretação” por Anderson e Nain – as idéias fundamentais posteriormente desenvolvidas na *Miséria*.

A publicação deste ensaio, e as discussões que se seguiram, provocaram algumas reclamações. Por exemplo, quanto ao seu estilo, que dificultaria o debate: num seminário sobre o assunto, numa igreja da universidade, ele teria feito uma entrada triunfal seguido por grande número de estudantes e monopolizado a palavra, abrindo fogo em várias direções, como uma metralhadora giratória.

Quem sabe, Thompson tenha acertado a “verdadeira essência” da teoria: explicitar com o maior rigor e clareza possíveis os fundamentos gerais de nossos procedimentos em determinada disciplina (ou conjunto de disciplinas), de forma a delimitar clara e rigorosamente quem são os “nossos”, o que cada um deve fazer para poder ser dos nossos e, inversamente, quem não está entre os nossos.

E, paradoxalmente, por não gostar nada disso, quando se sentiu obrigado a fazê-lo, exagerou na dose. Realmente, é muito provável que a maioria das pessoas concorde que ele não deveria ter classificado as idéias de Althusser como *Geschichtenscheissenschloppf*; mesmo aquelas pessoas que acham que elas são realmente *Geschichtenscheissenschloppf*. O ambiente exige respeito.

De qualquer modo, as idéias fundamentais e originais de Thompson já se encontram praticamente inteiras em *A Formação da classe operária inglesa* (*The making*, para os íntimos). E também os fundamentos de sua complexa inserção (com o perdão do próprio Thompson) teórica. Um problema e tanto: um dos mais famosos historiadores marxistas escreve um livro para desmentir nada mais, nada menos do que uma das teses mais importantes e conhecidas do *Capital*.

Para Thompson, o proletariado não seria um resultado da industrialização, como aparece na, jamais suficientemente estudada, *Em busca da mais-valia relativa*. E esta é certamente uma idéia central do seu pensamento, uma chave mestra para a compreensão das suas relações com o pensamento de Marx e da sua oposição radical às correntes dominantes do pensamento marxista.

Na verdade, estou chamando de industrialização (nome usado, em outras correntes das ciências sociais, nas mais diversas acepções) o processo de formação e consolidação da moderna produção fabril mecanizada (e, agora, computadorizada), isto é, a popular indústria

moderna, que constitui o objeto do estudo do *Em busca da mais-valia relativa*.

Para Marx, esse não é senão o processo de transformação das forças produtivas – máquinas e outros instrumentos de trabalho, matérias primas (ou objetos do trabalho) e, evidentemente, o próprio trabalho ou, para sermos mais rigorosos, a força de trabalho. O processo de transformação das forças produtivas à imagem das relações sociais (de produção) dominantes, isto é, as relações sociais capitalistas.

De acordo com Marx e, creio, a maioria dos marxistas que trataram do assunto, forças produtivas e relações sociais (de produção), em conjunto, formam as relações de produção. Pode-se dizer, simplesmente, que as relações sociais (as relações entre capitalistas e trabalhadores) representam, como o nome indica, os aspectos sociais das relações de produção; e as forças produtivas, os aspectos técnicos das relações de produção (donde, o tratamento alternativo de “relações técnicas de produção” proposto por Balibar).

Relações sociais e forças produtivas formam uma daquelas contradições que dão vida ao pensamento e movimento ao real. O movimento de um modo de produção se caracterizaria, de um modo genérico, pelo movimento da contradição entre relações sociais e forças produtivas. Como se pode ler no famoso trecho do famoso *Prefácio à introdução à crítica... de 1857*, já muito criticado por um certo evolucionismo.

Imediatamente após uma transformação das relações de produção dominantes, as forças produtivas se encontrariam, necessariamente, do jeito que foram deixadas pelo antigo modo de produção. Durante um certo tempo (a “transição” de Bettelheim), elas seriam transformadas à imagem das novas relações de produção dominantes. Essa transformação caracterizaria o desenvolvimento “pleno” o modo de produção. O que não significaria entretanto que o modo de produção

não se desenvolveria mais. O movimento nunca pára, e o seu prosseguimento, no caso, levaria à tendência das forças produtivas se chocarem com as relações sociais dominantes (numa espécie de transição às avessas: não a plena formação, mas a superação do modo de produção).

Como se sabe, isso deu muito pano para manga. Mas aqui nos interessa unicamente a idéia de que forças produtivas e relações sociais representam uma unidade contraditória sob o domínio das relações sociais. No movimento resumido no parágrafo acima, pode-se ver que as forças produtivas são dominadas pelas relações sociais sob três formas: como forças ainda não adequadas às relações sociais dominantes, como forças adequadas a essas relações ou como forças que já colocam a superação dessas relações. De modo geral, a dominação das relações sociais sobre as forças produtivas se afirma pelo fato de que elas aparecem sempre como capital (capital constante, capital variável).

Mas afinal, dirá o leitor enfasiado, para que tanta teoria? Só para dizer que a crítica de Thompson não pode se dirigir simplesmente a uma ausência do trabalhador no movimento do capital, tal como ele é analisado na *Busca da mais-valia relativa*. O trabalhador estaria sempre presente nesse movimento, porque o que Marx chama de capital é uma relação social, a relação social capitalista de produção. O fato de que essa relação tome (concretamente, no processo de trabalho ou no processo de produção em geral e na sociedade) a forma de capital é o resultado da dominação exercida pelos capitalistas sobre os trabalhadores, que define a própria relação capitalista.

A crítica de Thompson, na verdade, é bem mais geral e radical. Ela se dirige ao conjunto da análise de Marx, pelo fato dela tentar explicar o movimento da relação como um movimento imanente à própria relação e que se esgota nela mesma de tal forma que, no final das contas, esse movimento já se encontra inscrito (em germe) nas formas

iniciais da relação. Assim, a industrialização ou, mais precisamente, a constituição da indústria moderna e a formação do proletariado, a classe operária moderna, não representam senão o resultado da lógica do capital (isto é, da relação, a relação social de dominação capitalista).

Para Thompson, a lógica do capital (mesmo entendido como relação social) não pode explicar o processo histórico real. Isso não significa, de maneira alguma, que, para ele, o processo histórico não tenha uma lógica. Muito antes pelo contrário, ele entende justamente que é somente a lógica do processo que pode explicar o desenvolvimento do capitalismo, o movimento do capital, relação capitalista de produção, ou, no caso em pauta, especificamente, a constituição da grande indústria moderna e do proletariado.

A inversão da explicação pode ser sutil, mas me parece realmente radical. Segundo ela, não seria a industrialização que se teria imposto a capitalistas e trabalhadores, com a força de uma lei que regeria as suas relações: a *busca da mais valia-relativa*, como lei da acumulação de capital. Ao contrário, a industrialização seria o resultado de um processo histórico real, como todo processo histórico, único, pouco importando o fato de que, depois, por sua importância e características, ele se tornaria um modelo universal. Para Thompson, a grande indústria moderna é um resultado (histórico) da luta de classes.

Como parte fundamental desse processo, se destacaria a própria formação da classe operária. Para Thompson, o autoreconhecimento dos trabalhadores como classe – que conduz à formação das organizações operárias e ao estabelecimento, através da luta de classes, de novas relações entre capitalistas e operários – se encontra na base da grande indústria moderna. Assim, ao mesmo tempo em que submete a relação social ao processo histórico, ele apresenta a formação da classe operária como condição e não simplesmente resultado da industrialização.

Essa inversão – formação da classe operária como condição e não mais simples resultado da grande indústria mecanizada – é impossível de ser operada na linha da *busca da mais-valia relativa*, onde as características formadoras do proletariado saem praticamente de dentro da fábrica moderna: a disciplina, a racionalização, o espírito coletivo, o de associação etc.

O desenvolvimento da grande indústria, isto é, das forças produtivas correspondentes ao modo especificamente capitalista de produção estaria vinculado a uma mudança de comportamento dos trabalhadores, que, se autoreconhecendo com uma classe frente aos patrões, passam a valorizar objetivos tais como regulamentação da jornada e das condições de trabalho, formas de pagamento de acordo com as variadas qualificações e com a produtividade.

Nesse sentido, essas transformações aparecem também como uma resposta ao surgimento da classe operária. Mais rigorosamente, Thompson submete a transformação das forças produtivas e do modo de produção, e a famosa lógica do capital, ao desenvolvimento real ou, para empregar os seus termos, ao processo histórico da luta de classes.

É possível argüir, em defesa de uma aproximação maior entre os dois autores, que Marx não completou *O capital*, deixando de escrever o prometido livro sobre as classes sociais. Mas é verdade também que as teses criticadas por Thompson constituem a base de toda uma série de análises de Sociologia e Ciência Política sobre o desenvolvimento do capitalismo e a classe operária.

É justamente a oposição à concepção de classe social em geral e de classe operária em particular, baseada no *Capital* e largamente difundida numa certa literatura marxista, que constitui um dos pontos centrais do pensamento de Thompson e de sua vinculação, ao mesmo tempo de inspiração e crítica, em relação a Marx.

De um lado, a completa e radical recusa da noção de classe social como efeito, resultado (ou qualquer coisa do gênero) do modo de produção. De outro lado, a afirmação da classe social como resultado da luta de classes.

Libertada da determinação unívoca e direta do modo de produção, via notadamente o processo de trabalho, a classe operária de Thompson cometerá um verdadeiro sacrilégio para o pensamento marxista dominante: ela não será mais a herdeira social da burguesia, mas a herdeira das classes dominadas dos modos de produção anteriores, cujas lutas ela continuará, sob novas formas, nas condições de dominação do capital.

Evidentemente, se a formação da classe operária apresenta-se também como condição da grande indústria, não é possível limitar a sua explicação ao que acontece ao trabalhador no processo de trabalho da grande indústria ou mesmo na vida econômica em geral. Uma diversidade de fatores sociais, culturais, componentes da vida e das tradições dos trabalhadores assume, então, o primeiro plano da análise, reforçando a crítica ao determinismo econômico, que constitui um outro traço central do pensamento de Thompson.

A recusa do determinismo econômico e, particularmente, da idéia de classe como efeito do modo de produção tem, entre mil e uma conseqüências, a de implicar uma reconsideração também da noção de consciência de classe, numa linha muito próxima daquela também seguida por Hobsbawm: a consciência de classe é aquela que a classe efetivamente produziu, no processo (histórico) de seu autorealização e construção, e não aquela que deduzimos do modo de produção.

Tudo isso pode se prestar a muitos debates, mas tem um efeito político imediato, dentro e fora da academia. Dizer que a classe só

pode ser definida dentro de um processo histórico, que ela é resultado de suas próprias lutas, que ela se faz a si própria (sentido do *making original*), significa negar fundamentos teóricos e políticos aos partidos e intelectuais detentores do conhecimento sobre os “verdadeiros interesses” da classe operária.

Mas é necessário destacar, imediatamente, que isso nada tem a ver com uma proposta de abandono da militância em geral (e, no caso pessoal de Thompson, não teve mesmo). Para ele, perdeu sentido apenas a militância nesses partidos.

Perdem também sentido os estudos em que o processo histórico real, a luta de classes e a classe operária aparecem apenas como recheio histórico, como realização das “leis da história” das “leis do modo de produção” (a razão rediviva), com as devidas “peculiaridades” locais, avançadas ou tardias em relação a um modelo teórico geral e abstrato. E este é o núcleo central da crítica presente em “Peculiaridades”.

É normal que essa crítica – apesar de toda a sua inspiração marxista, de sua valorização da luta de classes em geral e, em especial, da luta da classe operária – mereça o repúdio de grande parte dos políticos e intelectuais, que, em suas práticas, se apoiam diretamente nas concepções atacadas por Thompson.

Seja em “Peculiaridades”, seja na *Miséria da teoria*, a crítica de Thompson se dirige mais especificamente ao que ele chama de marxismo althusseriano ou tradição marxista stalinista, ao mesmo tempo que reivindica uma outra tradição marxista, na qual poderíamos incluir, pelo menos, outros ingleses, como Christopher Hill, Eric Hobsbawm e Raymond Williams.

Mas a metralhadora giratória de Thompson atinge também, de modo inequívoco, a pretensão científicista – teoricista ou empiricista –

de muitos cientistas sociais e até mesmo de outros historiadores (numa crítica que vai ao ponto de denunciar os malefícios causados pela pretensão da História à condição de ciência).

A pretensão de definir cientificamente os interesses desta ou daquela classe e da sociedade em geral – como sabemos muito bem, nós que vivemos nesta linda Ilha de Vera Cruz – não é um apanágio da corrente marxista dominante. Se bem que o marxismo acadêmico e a militância política guiada pelo marxismo dominante possam representar um cabedal valioso para inúmeros políticos e tecnocratas de plantão.

Talvez Sociologia, Ciência Política e História estejam profundamente marcadas por essa pretensão cientificista, e tenham se constituído, na prática, em poderoso instrumento de hegemonia das classes dominantes de nosso tempo. Mas a Economia Política é, sem dúvida, a grande mestra nesse terreno, com o seu caminhão de estatísticas, tendências e leis que tentam reduzir o homem comum, e os trabalhadores em particular, à mais simples expressão de burrice e passividade.

Por isso, quando Thompson diz que, no *Capital*, Marx caiu na armadilha da Economia Política, a sua crítica é de muito difícil digestão tanto para uma certa tradição marxista quanto para muitos cientistas sociais não marxistas. Entretanto, aqueles que não são candidatos ao Olimpo, nem mesmo como salvadores da pátria, poderão ficar satisfeitos em conhecer uma outra tradição marxista e talvez encontrem um certo reconforto na prosa irada do militante historiador inglês.

Bibliografia

- Althusser, Louis. *A favor de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. *Ler o capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- Anderson, Perry. *Teoria, política e história: un debate con E.P. Thompson*. Mexico: Siglo XXI, 1985.
- Bassanezi, Carla S. B. "E. P. Thompson e a história". In: *Temáticas 2* (3), jan-jun 1994, pp 83-108.
- Hobsbawm, Eric. "Notas sobre a consciência de classe". In *Mundos do trabalho*, Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1982, pp. 35-55.
- Kaye, Harvey. *The british marxist historians*. Cambridge: Polity Press, 1984.
- Marx, Karl. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- Palmer, Bryan D. *The making of E. P. Thompson: marxism, humanism and history*. Toronto: New Hogtown Press, 1981.
- Thompson, Edward P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Original: *The poverty of theory & other essays*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1978.
- _____. "La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases" In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Critica, 1984.
- _____. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (Original: *The making of the english working class*, 1963, edição revista em 1968).
- _____. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- Williams, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

A HISTÓRIA VISTA A PARTIR DE BAIXO¹

E. P. Thompson

Faz parte das peculiaridades dos ingleses o fato da história da “gente comum” ter sido algo além – e distinto – da História Inglesa Oficialmente Correta. Em países de fortes tradições populistas ou revolucionárias, a retórica da democracia saturou a historiografia. Na História Inglesa Oficialmente Correta, o povo dessa ilha (sob a Lei dos Pobres, a Reforma Sanitária e a Política Salarial) emerge como um dos problemas que o governo tem de lidar. Até hoje, muitas correntes historiográficas acadêmicas desfalecem sob o jugo normando, e o gérmen de Guilherme, o Bastardo, ocupa as cátedras.

* * *

Portanto, até recentemente, a “história operária” tem se definido mais por seu antagonismo com a ortodoxia do que por qualquer outra coisa. Isso tem representado muito mais do que uma diferença quanto a temas de matérias, podendo ser encontrado nos estilos e

¹ Artigo extraído de *The Times Literary Supplement*, de 7 de abril de 1966. Tradução de ANTONIO LUIGI NEGRO. Revisão do professor MICHAEL HALL.

métodos usados por marxistas e independentes ligados àqueles. Edouard Bernstein, os Webb, Theodore Rothstein, os Hammond, H. N. Brailsford – nenhum desses se encontra em situação acadêmica convencional. E muitos dos que contribuíram, em anos recentes, para o mais notável ímpeto da história operária foram professores que, como R. H. Tawney, G. D. H. Cole, Dona Torr e o senhor H. L. Beatles, tiveram uma – raramente vista – relação ampla e participativa com um público muito além dos bosques das universidades. Eles se aproximaram do Ruskin College, do Left Book Club, do Partido Comunista, da Workers Educational Association, das primeiras edições populares, da Rationalist Press Association, etc. (O professor Asa Briggs, como presidente da citada associação educacional, herda parte dessa tradição.)

Essa foi uma tradição engajada. E pagou por seu engajamento com a falta de recursos universitários. O país do mais antigo movimento operário do mundo não tem biblioteca ou instituição dedicadas ao seu estudo. Apenas nos últimos anos a Transport House² e dois ou três dos maiores sindicatos tomaram seriamente para si a preservação da riqueza documental de seus porões e sedes regionais.

Um comentário sobre o status da história operária pode ser extraído das atividades desse talentoso livreiro, Leon Kashnor, falecido no decorrer dos anos 50. Entre as duas guerras mundiais e meados dos 50, ele concentrou sua atenção, quase inteiramente, na elaboração de coleções versando sobre os primórdios da teoria econômica, do jacobinismo inglês, do cartismo, etc. – acervos que vendeu em Moscou, Estados Unidos, Amsterdã, Japão, Austrália e para a Fundação Feltrinelli em Milão. Nenhuma delas foi vendida nesse país.

² N. do T.: Sede do Transport and General Workers Union, um dos maiores sindicatos ingleses.

Para nossa sorte, Londres é bem servida. Há o grande acúmulo de materiais no Museu Britânico, o acervo Goldsmith da London University e a coleção – originalmente iniciada pelos Webb, e incrementada por uma sucessão de especialistas e bibliotecários – existente na London School of Economics. Mas nenhuma biblioteca local possui material suficiente em condições de competir com o melhor das o acervo Kashnor. E qualquer historiador inglês ansioso por se vincular a um estudo comparativo sério faria melhor se comprasse uma passagem para Wisconsin, Columbia, Moscou, Milão (e, para tal, a Fundação Feltrinelli deveria reabrir) ou para o Instituto Internacional de História Social em Amsterdã. Não há, tampouco, o menor sinal de qualquer alteração na situação, a não ser para pior, pois o apetite americano por nossos livros torna-se tão mais feroz quanto, ano a ano, a diminuição de seu fornecimento. Um livreiro londrino que se especialize em tal ramo, e cujos preços sejam notórios, agora raramente se incomoda quando permite que bibliotecários ingleses dêem uma olhada em seu catálogos. E quando alguns dos manuscritos e livros do cartista e republicano W. J. Linton – um membro da tradição de gravadores radicais que passa de Blake e Bewick para Walter Crane – surgiram no mercado alguns anos atrás, eles sofreram um discreto sumiço (indo parar em Milão e nos Estados Unidos).

Apesar de tudo, a história da classe trabalhadora e do movimento sindical são hoje campos densamente povoados e, nos últimos seis anos, a Society for the Study of Labour History, e sua associada escocesa, puseram, lado a lado, especialistas da tradição engajada mais antiga e outros que vêem tal compromisso como algo estranho ou mesmo impróprio. A sociedade deve muito aos primeiros editores

do seu *Bulletin*,³ professor Sidney Pollard e dr. Royden Harrison, que estabeleceram sua reputação na área de arquivamento documental e trabalho bibliográfico.

* * *

Muito dos trabalhos recentes tem consistido no preenchimento de espaços vazios e na correção dos contornos dos mapas deixados pelos Webb e por G. D. H. Cole (John Saville tem realmente se dedicado, faz alguns anos, ao preparo de um dicionário biográfico do movimento operário, que, aliás, encontrou sua origem nas notas legadas por Cole). Desde 1949, foram publicados nada menos que nove livros sobre a organização nacional ou regional dos mineiros. O estudo exaustivo de J. E. Williams, *The derbyshire miners*, e o trabalho de E. W. Evans sobre o líder dos mineiros de Welsh, *Mabon*, estão entre os mais interessantes. Um certo número de competentes histórias de sindicatos ou indústrias específicos foi adicionado à estante: entre estes cite-se *The foundry workers* (J. Fyrth e H. Collins), *The lace-makers society* (N. H. Cuthbert) e, sobre o NUR,⁴ *The railwaymen* (P. Bagwell). O volumoso *History of labour in Sheffield*, de Sidney Pollard, mostrou o valor de uma abordagem regional ao encarar os sindicatos a partir, não da perspectiva do quartel-general nacional ou de seus congressos anuais, mas do interior de um contexto industrial densamente documentado.

Uma influência que pode ser claramente vista em alguns trabalhos contemporâneos é a da “história como relações industriais”.

³ N. do T.: O *Bulletin* foi o periódico da sociedade até o primeiro semestre de 1990, quando cedeu lugar a *Labour History Review*.

⁴ N. do T.: National Union of Railwaymen.

Onde as abordagens da velha gloriosa jornada ou “de Tolpudle a lorde Tom Noddy” se delongam pelo pós-guerra, a nova *Delectable City* é encarada como uma situação onde um movimento sindical racional e disciplinado – dirigido por um TUC⁵ automatizado e progressista (que se inclina, em todas as ocasiões indicadas, a qualificados assessores acadêmicos na hora da orientação política) – se integra completamente com órgãos estatais e patronais, reforçando uma impecável política salarial e controlando os encenqueiros em nosso meio. Uma dificuldade com esse mito, de resto, com todos os mitos, é que ele só pode ser persuasivo se deixar muita história real do lado de fora. A tempestuosa história das origens dos sindicatos é vista como uma dor de um dente de leite emergente; a manifesta preocupação política do recém-criado TUC e dos Conselhos Sindicais⁶ é representada como uma distração indevida da trajetória autorizada. Embora esse esquema possa ser, aqui e ali, detectado no primeiro volume da sóbria e bem documentada nova história do sindicalismo desde 1889, de H. A. Clegg, A. Fox e A. F. Thompson, os autores são cuidadosos o bastante para mantê-lo sob controle. Se há perda com a reduzida perspectiva do contexto político e social do *movimento* operário, há, de outro lado, um ganho compensatório com o entendimento íntimo do contexto industrial e administrativo. Tampouco é inevitável que o estudo das relações industriais conduza à meta do Estado corporativo wilsoniano. Com objetivo diferente, V. L. Alen manejou parte desse mesmo material histórico. B. Pribicevic trouxe a preocupação de um pesquisador iugoslavo com o controle operário para o exame do movimento dos delegados sindicais de base entre 1910-1922 (tal tema geral tem atraído outros pesquisadores de pós-graduação) enquanto que talvez

⁵ N. do T.: Trades Union Congress, central sindical.

⁶ N. do T.: Reunião de sindicatos em conselhos locais.

o mais original dos novos estudos sobre a história do movimento sindical seja *Trade union growth. structure and policy*, de H. A. Turner. Nesse estudo dos sindicatos dos trabalhadores da indústria têxtil do algodão de Lancashire, o professor Turner combina, em um novo estilo narrativo, análise estrutural e comparativa. Trata-se de um livro que provoca o leitor a reexaminar conclusões consolidadas para além do tema do autor.

* * *

Aqueles que desejam manter-se a par dos trabalhos publicados devem consultar a bibliografia da conveniente edição de bolso *History of trade unionism*, de H. M. Pelling, ou, para uma análise crítica admirável, devem dirigir-se a “Trade union historiography”, de E. J. Hobsbawm (publicado no *Bulletin* da primavera de 1964). *Labouring men*, do dr. Hobsbawm,⁷ com seu fino estudo acerca de “Os trabalhadores ingleses do gás, 1873-1914”, é por si mesmo o mais importante livro surgido depois de seu próprio artigo.

Quando passamos da história do sindicalismo para a história do trabalho, o tema perde em definição. Pode-se, naturalmente, apontar o acúmulo de trabalho no interior da abrangente área delineada por Cole. (A Historical Association acabou de publicar o útil balanço de F. M. Mather, um levantamento das últimas produções acerca do movimento cartista.) Embora isso possa significar a desconsideração de muita pesquisa valiosa feita na área tradicional, pode ser ainda mais convincente sugerir algumas das maneiras pelas quais as velhas convenções da história operária estão agora sendo dissolvidas.

⁷ N. do T. *Labouring men* foi publicado no Brasil com o título *Os trabalhadores* (Paz e Terra, 1981).

O tema tornou-se tão impreciso em seus contornos que, no exato momento em que a história operária encontra expressão institucional na sua própria sociedade, seu valor terminológico está sendo colocado em questão. Um câmbio de interesse é o das instituições do movimento operário, de seus líderes sancionados e de sua ideologia pela cultura do operariado.

O que costumava ser história operária pode, de fato, constituir excelente terreno de teste para a sociologia histórica. Isso não significa – e seria deplorável se o fosse – a desajeitada retomada de uma terminologia mau digerida e de categorias de uma determinada escola sociológica, impondo-as ao conhecimento histórico existente. Onde isso acontece, o resultado é danoso para ambas as disciplinas. Trata-se, muito mais, de uma questão de interpenetração mútua. Através dela, o historiador encontra novos problemas para pesquisa na produção sociológica contemporânea, ou novos modos de abraçar velhos problemas. Prossegue, ainda, sua pesquisa com uma concepção simultaneamente fertilizada por conceitos sociológicos e arredia diante de categorias sociológicas, obtendo, enfim, resultados que (espera-se) possam, por sua vez, adicionar uma dimensão histórica à teoria sociológica.

* * *

No momento, há alguma evidência da existência desse tipo de trabalho na França, Itália e Estados Unidos, e aparte *Annales E.S.C.*, os periódicos dignos de notas incluem *Comparative Studies in Society and History*, *Le Mouvement Social*, *Sociologie et Travail* e *Economic Development and Cultural Change*. Um tanto mais empiricamente, isto está ocorrendo também na Inglaterra. Um resultado da dissolu-

ção da definição institucional da história operária é a renovada e súbita ruína de contornos temporais. No mesmo instante em que historiadores dos séculos XVI e XVII lançam pontes em direção à Revolução Industrial, alguns de nós abandonaram o “ponto de partida” em 1789 ou 1832 e estão escavando em direção daqueles. Tanto é assim que o estudo de Christopher Hill, “The uses of sabbatarianism”, presente em *Society and puritanism in pre-revolutionary England*, debruça-se, por notáveis meios, sobre o tema da ética puritana e da disciplina do trabalho. Tal tema repetiu-se no congresso promovido por *Past & Present* dois anos atrás, ocasião em que Keith Thomas apresentou sugestiva comunicação: “Work and leisure in Pre-industrial society”. Mas isso guarda relação também com a crescente preocupação dos especialistas em história econômica com os primórdios da disciplina fabril, exemplificada pelos marcantes estudos de N. McKendrick (sobre Wedgwood), na *Economic History Review*, e de Pollard, “The adaptation of labour”, constante no seu *Genesis of industrial management*.

Nós apenas começamos: uma vez encarado o problema desse modo, as conexões se propõem por todos os lados. Eu mesmo sugeri ser possível considerar os princípios do metodismo pela mesma perspectiva e, por conseguinte, abandonar a equação de Halévy, que propunha metodismo ou Revolução. Tal item se vincula também, mesmo de modo distante, às funções do sabbatismo⁸ e do Movimento Antialcoolismo da Inglaterra vitoriana, a que Brian Harrison tem por vários anos dedicado pesquisa. E, por meio de um caminho ainda mais indireto, pode ainda referir-se à interessante pesquisa de Peter Cominos sobre a moral sexual vitoriana, publicada em *International*

⁸ N. do T.: Observância rigorosa do descanso dominical.

Review of Social History. Além disso, refere-se – ainda que aqui nos deparemos com um tópico possível de ser definido independentemente – tanto à natureza do distúrbio popular entre o século XVI e o início do XIX (pense-se na recente produção de George Rudé, Barrie Rose, A. J. Peacock, G. A. Williams, D. V. J. Jones e Hobsbawm entre outros) quanto aos meios onde o caráter social da multidão parece mudar à medida que adentramos a Revolução Industrial: velhos padrões de comportamento (como por exemplo o clássico motim por comida regulador de preços) cedendo lugar à emergência de novos padrões de agitação institucionalizada.

* * *

A esta altura, naturalmente, não só as temporais, como também as velhas e simplórias definições, devem esvanecer. A disciplina do trabalho ou os motins por comida não devem ser estudados como fenômenos ingleses do mesmo modo como se deve fazer com o Grand National Consolidated Trades Union ou com a Fabian Society. Os historiadores ingleses estão aprendendo com a historiografia francesa como examinar distúrbios, e eles são agraciados com intérpretes como Rudé e Richard Cobb. (Deveria ser dito, entretanto, que o estudo comparativo é enganador se levado adiante de modo demasiadamente apressado: as similaridades freqüentemente se descolam da história só onde as diferenças são reveladas após cuidadosa pesquisa, e muitos dos capítulos ingleses do popular *A multidão na história*, de Rudé – aqueles sobre ludismo, cartismo, e mesmo os dos motins por comida ingleses – estão baseados em pesquisa deficiente devido ao alto padrão por ele mesmo estabelecido.)

Se retornarmos ao tema da disciplina do trabalho, ou ao das mudanças nos padrões familiares de conduta e lazer e aos valores comunitários durante a industrialização, o campo para o estudo comparativo parece infundável. Basta nos voltarmos para os estudos de Walter Elkan sobre a adaptação ao trabalho em Uganda, ou para a investigação de Beate Salz a respeito do Equador (publicado em *Economic Development and Cultural Change*) para que paralelos com os séculos XVII e XVIII na Inglaterra e Irlanda saltem das páginas. A familiaridade com estudos antropológicos de mercados camponeses e tribais – tal como *Markets in Africa*, de Bohannan e Dalton – nos impele a revisitar todo o complexo de mercados e feiras da Inglaterra pré-industrial e a vê-lo não só como umnexo econômico, mas também social.

Como, até agora, poucos foram os historiadores capazes de fazer outro que indicar tal área de comparações – como fizeram o professor Habbakuk e o dr. D. C. Coleman e, de sua parte, tal como fizeram os sociólogos americanos: cite-se, entre outros, os professores Horselitz e Wilbert Moore (que escreveram sobre problemas de adaptação ao trabalho em publicações da Unesco) ela tem sido matéria de poucas e inexatas reminiscências históricas. Muito pior, alguns sociólogos do mundo ocidental estão aptos a socar dentro de poucas frases confortáveis mais de uma centena de anos de doloroso conflito transicional, a oferecer homilias aos países em desenvolvimento sobre “racionalidade” e “aspirações de empreendimento e mobilidade” e a desencorajar toda análise solidária com os primeiros momentos dos movimentos operários ao associar-lhes termos supostamente objetivos (mas, na realidade, profundamente carregados de valor), como “sintomas de distúrbio”.

* * *

Hoje, essa área de estudo comparativo, além de ser uma das mais desafiadoras, é também uma das que mais requer a disciplina da história. Amanhã – ou talvez daqui a duas sextas-feiras – esse item entrará repentinamente em voga e poderemos vê-lo na programação cultural da BBC. Nesse ponto, suas credencias deverão ser examinadas bem de perto, pois provavelmente redundará em prodigiosa proliferação de jargões pretensiosos enquanto que a pesquisa histórica, tediosa e fria, virá mancando atrás vagarosamente. Mas se a sociologia da industrialização poderia se beneficiar mais da história, a história econômica da Revolução Industrial queda patentemente carente de uma pitada de sociologia.

Claro, alguns dos mais importantes e rigorosos trabalhos no terreno dos aspectos quantitativos da história operária têm aparecido, e continuam a aparecer, em *Economic History Review* e *Journal of Economic History*. Meu ânimo contra estes conceituados periódicos já é notório a essa altura. Porém, considerando que têm suas próprias páginas e uma dúzia de Departamentos de História Econômica (com uma boa metade deles rigidamente orientada para a quantificação do crescimento econômico) por onde podem se defender, posso externar meu argumento uma vez mais. Entre os recentes estudos publicados, somos informados que Speenhamland era uma forma de provisão de bem-estar beneficente lidando com um desemprego crônico,⁹ que a sugestão da massiva inflexão dos tecelões de tear manual em direção ao radicalismo e ao cartismo é uma hipótese não testada e que a noção do sofrimento da gente comum durante os cercamentos (*enclosures*) é um exagero sentimental.

⁹ N. do T.: Uma referência mais detalhada sobre Speenhamland pode ser encontrada em *A formação da classe operária inglesa* (vol. I, p. 71).

Todos esses estudos têm o seu interesse, mas no primeiro caso não há evidência alguma de o autor ter consultado os registros de um supervisor dos pobres ao passo que, no segundo, nenhum dos relevantes maços depositados no Public Record Office – que oferecem irresistível evidência quanto à afiliação política dos tecelões – parece ter sido desamarrado. E, no terceiro caso, deve-se notar que todos esses departamentos não pensaram, haveria essa impressão em décadas de existência, que valesse a pena encorajar um só aluno de pós-graduação a examinar a ampla e extensa evidência (motins contra os cercamentos, petições, cartas anônimas, derrubada de cercas) como descontentamento popular com os cercamentos.

* * *

Em um dado momento, abandona-se a defesa de uma certa visão da história: deve-se defender a própria história. À metodologia quantitativa não deve ser permitido permanecer ileso quando elimina (como “literário” ou “atípico”) inteiras categorias de evidência. A Revolução Industrial acarretou não só uma alteração na taxa de crescimento econômico, ela também implicou em mudanças de longo alcance no modo de vida do povo. Conceitos econômicos, tais como preferência temporal (*time-preference*) e curva de oferta de trabalho inclinada para trás (*back-ward sloping labour supply curve*) são (de alguma maneira toscas) tentativas de descrever problemas sociológicos mais amplos.

Dr. R. M. Hartwell escreveu recentemente em um estudo metodológico: “não há nada de útil para o historiador da Revolução Industrial na sociologia”. Se com isso se procura dizer que a única história significativa da Revolução Industrial é a história quantitativa do

crescimento, purgado de todo conteúdo social, então tal declaração se auto valida. A simples tentativa de introduzir evidência sociológica deve ser inadmissível haja visto que desafiaria a autoridade da corte, ou, pelo menos, sua pretensão em responder por tudo sob sua alçada. E se isso não compreende bem a intenção, trata-se, então, ao menos, de uma impressão advinda da direção geral de muito trabalho eminente e ortodoxo. No prefácio ao volume VI de *Cambridge economic history of Europe*, os organizadores explicam que o primeiro lida com população, expansão territorial, transporte e mudança tecnológica, que o segundo se referirá aos fatores de produção e às funções gerenciais e empresariais ao passo que o terceiro (e mais distante) volume “será predominantemente dedicado às políticas fiscais e econômicas e também, talvez, às transformações sociais intrínsecas ao desenvolvimento econômico do mundo moderno”. Dentro desse “talvez” temos a pobre e maldita infantaria da Revolução Industrial sem cujo trabalho e habilidades esta restaria uma hipótese não testada. É extraordinário que a história econômica que, nos jovens idos do professor Postan, era uma ameaça mais substancial à História Inglesa Oficialmente Correta, tenha se tornado encarnação contemporânea desta última. Para nossa sorte, o longo e sugestivo ensaio do principal colaborador do primeiro volume, professor David Landles, opta – assim como Phyllis Deane em seu livro, *The first industrial revolution* – por uma visão de algum modo mais ampla do que fazem os organizadores.

* * *

Desenvolvi esse tema da industrialização em um tamanho desproporcional porque pode ilustrar certas questões de método: as potencialidades da história social do trabalho, um vez desligada de seu

caráter institucional mais antigo, e de parte da resistência intelectual e oficial. Todavia, outras ilustrações poderiam ter sido tomadas de muitas áreas, pois a história comparativa ainda está começando a tomar forma. Ela trouxe um renovado interesse pelos movimentos milenaristas na Grã-Bretanha do século XIX. J. F. C. Harrison, um cérebro – ai de mim! – evadido para Wisconsin, está completando um estudo comparativo referente ao pensamento owenista e comunidades na Grã-Bretanha e Estados Unidos. A pesquisa de Henry Collins e Chimen Abramsky sobre o contexto britânico da I Internacional consistiu em substancial contribuição para uma discussão internacional.

A história da cultura popular, outrossim, continua a atrair um interesse que leva do estudo histórico ao literário: há sinais de que se possa passar em breve do estudo da imprensa operária e das leituras populares para uma (já atrasada) reavaliação do folclore e da balada. Harold Silver e Brian Simon preencheram nosso conhecimento a respeito da influência socialista (owenista) e trabalhista na evolução da educação popular. Uma outra área emergente é a pesquisa da religião popular - não tanto o amplo estudo nacional ou a história de certas igrejas e seitas mas mais a microanálise da composição social e do papel efetivo do metodismo na Cornuália ou Shropshire ou do Exército da Salvação em Londres. A influência da historiografia francesa – notadamente de *Classes laborieuses, classes dangereuses*, de Chevalier – pode ser observada em várias teses de pós-graduação em curso. É provável que seu resultado seja um importante trabalho no campo da negligenciada história social do século XIX londrino, e talvez redunde também em avanços na área de estudos demográficos e da história social do crime. Além do mais, influências como essas podem ser detectadas em investigações que, à primeira vista, poderiam muito bem se incluir no interior do território convencional da história operária.

Tal qual H. A. Turner, que examina um tema convencional (os sindicatos dos trabalhadores têxteis da indústria do algodão) de modo altamente original, Royden Harrison, no seu livro *Before the socialists*, toma um tema vindo do coração da história operária, apropria-se de toda e qualquer técnica nova que julga válida e adequada ao controle de seu conhecimento histórico, traz novos significados e impele de volta para a análise política. Em um capítulo como o “The 10th april of Spencer Walpole”, que discute a correlação de forças entre as classes às vésperas da Reform Act de 1867 e as diferentes posições ideológicas sustentadas por seus proponentes e críticos, há – não uma imitação – mas um sabor da aguda inteligência do velho Marx.

* * *

Harrison, que também escreveu a respeito daqueles porta-vozes do movimento operário que *não* apoiaram o Norte quando da Guerra Civil Americana, pode nos lembrar o outro modo pelo qual a história operária convencional está sendo desconstruída. Há uma preocupação crescente em investigar as manifestações políticas e sociais não incluídas na linha oficial da evolução do movimento operário. Horatio Bottomley tinha, afinal, tanta influência sobre as idéias de parte dos trabalhadores quanto Ernest Bevin, e, para todo artesão jacobino da Inglaterra do final do século XVIII, havia seguramente meia dúzia que bramava belicosas baladas antigalesas. O emergente corpo de trabalhos na área de darwinismo social (pense-se no notável capítulo de Bernard Semmel: “The co-Efficients”) fez desse tipo de cegueira ante a classe trabalhadora, ou mesmo ante o pecado fabiano, algo não mais sustentável. Igualmente, há um conjunto de posições onde a história operária é inexplicável a menos que saibamos muito mais coisa sobre

aquilo que *não* é história operária. A despeito dos trabalhos de Pelling, Tsuzuki, Poirier, Bealey, Miliband, da senhora Cole, entre outros, referentes às origens do Partido Trabalhista, não podemos realmente entender todo o período entre 1880 e 1914 enquanto não conhecermos melhor os partidos Liberal e Conservador e o trabalhador comum indiferente. Paul Thompson, em um artigo para *Past & Present* a respeito do radicalismo da classe trabalhadora em Londres no final do século, começou a preencher esse vácuo.

Percorri muitos trabalhos e levantei esparsamente os muitos diferentes problemas da historiografia do século XX. O que está acontecendo agora com aquilo que costumava ser história operária não é bem uma desintegração, mas uma liberação. Enquanto permaneceu confinada a velhas convenções, era, em certo sentido, um *alter ego* da História Inglesa Oficialmente Correta. Agora que se sente confiante o suficiente para transpor a base defendida por Cole e seus sucessores, tornou-se, porque mais difusa, mais perigosa à Coisa estabelecida constitucionalmente e parlamentar-politicamente. Decerto, na historiografia inglesa moderna, isso significa um impulso vigoroso real. Talvez lhe seja mais saudável se permanecer de algum modo não conformista,¹⁰ mantendo em vista um público extramuros. Caso contrário, pode vir a ser exitosa, engordar e, por sua vez, adotar hábitos normandos.

¹⁰ N. do T.: O autor usou aqui o termo *disestablished* aludindo ao caráter não oficial das igrejas dissidentes, que estavam desligadas de questões de Estado.

MODOS DE DOMINAÇÃO E REVOLUÇÕES¹ NA INGLATERRA

E. P. Thompson

Os Modelos Históricos: Crises Revolucionárias e Dominação de Classe

Em resposta à primeira questão, gostaria primeiro de mostrar que o modelo proposto por alguns historiadores que reivindicam o marxismo é inadequado para construir uma história marxista da dominação de classe da *gentry* (burguesia fundiária) e das relações entre a plebe e a *gentry*. Isto nos levará a criticar um modelo da evolução histórica através de grandes crises e rupturas (modelo “cataclísmico”); uma representação “hegemônica” da dominação de classe; um deter-

¹ N. do T.: Artigo publicado em *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 2/3, 1976. Este texto é o resultado de uma série de respostas de E. P. Thompson às questões colocadas pelos participantes de um seminário ocorrido na École Normale Supérieure (1974-1975) sobre a sociologia da cultura e os modos de dominação. Problemas de espaço relativos a esta publicação levaram-nos a manter apenas a exposição de Thompson, eliminando um comentário relativamente longo de um dos tradutores franceses, J. C. Chamboredon. Os fragmentos de diversos trabalhos do autor – muitos dos quais fazem parte de obras publicadas em edições brasileiras –, além das perguntas que Thompson respondeu, também foram eliminados. Tradução de FERNANDO TEIXEIRA DA SILVA. Revisão do professor SERGIO SILVA.

minado economicismo (“marxista” e não marxista) que leva a negligenciar a análise da cultura popular; uma história onde as classes são entidades metafóricas e na qual falta uma sociologia das classes e das consciências de classe – procedimentos que são, em suma, característicos das tentativas de reconstrução e de reavaliação da história inglesa feitas por determinadas correntes da nova esquerda inglesa. Examinarei, portanto, as diferenças de interpretação dos conceitos de classe e de desenvolvimento na historiografia marxista ou marxisante na França e na Grã-Bretanha.

O modelo de desenvolvimento capitalista que Marx construiu em *O capital* está amplamente fundado sobre o caso particular da Revolução Industrial na Grã-Bretanha. Porém, no que se refere aos aspectos políticos do modelo, ele foi influenciado – e, depois dele, os marxistas o foram em um nível ainda maior – pela experiência francesa, mesmo que, como demonstra o esquema cronológico abaixo, a evolução política dos dois países seja extremamente diferente.

O modelo “francês” apresenta uma série de crises bem caracterizadas – com uma verdadeira revolução burguesa modelo de imposição hegemônica –,

1789 ⇒ (1830) ⇒ 1848 ⇒ 1870 ⇒ 1968 ⇒ ?

enquanto que o modelo “inglês” se caracteriza por uma dominação contínua de uma burguesia fundiária (*gentry*) que se transforma e se alia ao capital comercial e industrial:

ANOS				
(1640	-	1660	+	1688) ⇒ (1832+1867+1884) ⇒ ?
(guerra civil; morte do rei)		(Restauração)		(Revolução Gloriosa; evicção de Jacques II, rei católico)

A tipologia política fundada sobre o exemplo francês, à qual desde Lênin se acrescenta a experiência russa de 1917, tende a insistir sobre as rupturas e as fraturas no interior do processo. Esse modelo, que se difundiu pelo mundo em toda a tradição marxista, é particularmente nítido em certas formas recentes desta tradição.

Isto oferece uma tipologia bastante esquemática da revolução, da formação das classes e da ideologia de classe, que deriva de uma visão de história sob a forma de rupturas e de confrontações. O segundo modelo é mais duvidoso. Temos efetivamente uma ruptura ou uma fratura, mas é, de algum modo, uma ruptura ou uma fratura ambígua, como pretendi indicar na fórmula acima, onde subtraí 1660 de 1640 e somei 1688. Explico-me, 1640: guerra civil e execução do rei, Cromwell e “Commonwealth”². puritana; 1660: restauração do rei; 1688: evicção do rei católico Jacques II e instituição de uma monarquia constitucional sob controle de um parlamento onde os interesses fundiários exercem uma influência preponderante e detêm o poder. Mas esta preponderância fundiária provém de transformações que começam muito antes e dão nascimento ao que se pode chamar de uma burguesia fundiária (observa-se, com efeito, na Grã-Bretanha, em uma formação econômica e social antiga, a circulação do capital e da terra, o que conduziu à formação de uma *gentry* bastante peculiar e de uma aristocracia diferente, em muitos aspectos, da francesa). Assim, há no esquema inglês uma fase de “longa duração”, um longo período durante o qual é estabelecida uma determinada estrutura política que dura, sem maiores transformações, 150 anos. Em seguida, após uma confrontação muito áspera em 1832, esse sistema é capaz de

² N. do T.: Designação do governo sob Cromwell e o Parlamento entre 1649 e 1660.

se modificar, a burguesia industrial e comercial participam mais estreitamente do poder ao lado da burguesia fundiária, enfim, por admissões sucessivas ao privilégio, ao voto, a evolução do sistema conduz as diferentes partes do povo britânico à participação na estrutura constitucional. Durante esse tempo, naturalmente, o movimento operário fez contínua pressão para entrar nessa estrutura e modificá-la. Para os historiadores que a estudam, esta experiência é extremamente diferente do modelo formado por uma seqüência de fraturas, mais familiar ao historiador francês.

Esta descrição é, certamente, elementar. Convém acrescentar, ao menos, alguns outros traços específicos essenciais: o campesinato, como elemento significativo e influente do ponto de vista social, econômico e cultural não existe na vida inglesa – não falo da Irlanda ou do País de Galles –, ele desaparece nesta época e dá nascimento a três grupos: os proprietários fundiários (*gentry*), os grandes arrendatários agrícolas e os trabalhadores sem terra. E, igualmente, existe uma diferença considerável no que diz respeito ao lugar da Igreja: não há na história inglesa experiência comparável à descristianização.

A Cultura Popular e as Instituições Políticas e Jurídicas: Mediação ou Simples Reflexo?

Construir uma historiografia marxista da Inglaterra significa tentar responder através da pesquisa aos silêncios de Marx. A característica particular do material oferecido ao historiador implica a redefinição das categorias de análise, redefinição que se efetua em um movimento dialético do material empírico às categorias.

Reduccionismo econômico

Especialmente, talvez convenha colocar em questão o esquema rígido infra-estrutura superestrutura: a tradição herdou uma dialética legítima, mas a metáfora mecânica singular pela qual ela se expressa é talvez enganosa. Quando se estabelece uma conexão ou uma relação causal entre acontecimentos determinados (da ordem da superestrutura) e uma certa configuração de interesses de classe (da ordem da base), pensa-se que as exigências da explicação histórica foram satisfeitas porque se caracterizou esses acontecimentos como burgueses, pequeno-burgueses, proletários, etc. O erro não está em estabelecer essas relações, mas em sugerir que as idéias ou os acontecimentos são, por sua natureza, redutíveis ao contexto causal que os explica. É preciso levar a sério a autonomia dos acontecimentos políticos ou culturais que são, todavia, em última análise, condicionados pelos acontecimentos “econômicos”. Uma história ou uma sociologia que reduz incessantemente os fatos da superestrutura à sua base é falsa ou banal. Os conflitos religiosos da Revolução Inglesa não eram “aspirações econômicas” misturadas a ilusões, mas conflitos em torno da autoridade da Igreja e da doutrina. Não se pode compreender a intensidade do conflito, a tenacidade dos autoritaristas,³ nem a energia dos puritanos se não se compreende o tipo de homens que eles eram e, em conseqüência, o contexto sócio-econômico desse conflito. A relação entre o “interesse” e a “fé” não se estabeleceu pela mediação de um “complexo de superestruturas”, segundo a expressão de um his-

³ N. dos T. Franceses. J. C. Chamboredon e C. Charles [nas notas seguintes, esta referência será indicada por N. dos T. F.]: Partido religioso conduzido por membros da alta cúpula da Igreja Anglicana, que esteve na origem de perseguições contra os puritanos e cujas posições eram próximas do absolutismo real.

toriador neo-marxista, mas pela mediação desses agentes particulares.

Os antropólogos e os sociólogos demonstraram amplamente a imbricação inextricável das relações econômicas e das relações não econômicas na maior parte das sociedades, e a maneira pela qual interferem as gratificações econômicas e culturais. Nessas *démarches* da análise histórica ou sociológica (ou política), é essencial manter presente no espírito o fato de os fenômenos sociais e culturais não estarem “a reboque”, seguindo os fenômenos econômicos à distância: eles estão, em seu surgimento, presos na mesma rede de relações.

Ao economicismo de um determinado esquematismo marxista corresponde o economicismo de uma determinada história quantitativa. Em um estudo sobre os motins da fome ao longo do século XVIII e começo do século XIX (que faz par com a questão de honra antropológica), mostrei que tal economicismo conduz a reduções e explicações esquemáticas.⁴

Crítica a um hiperfuncionalismo marxista: o aparelho jurídico como instrumento de manipulação maquiavélica

Nossa experiência tende a nos fazer resistir à concepção de imposição hegemônica da dominação de classe como imposição absoluta de categorias ou de estruturas de dominação. Jamais houve época em que a dialética da imposição da dominação e da resistência a esta imposição não fosse central no desenvolvimento histórico. Mas, em nossa história sem ruptura, temos um movimento no qual a pressão vinda

⁴ N. do T.: Cf. tradução espanhola “La economía moral de la multitud”. In: *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona, Crítica, 1979.

de baixo é contida no alto, absorvida, o que conduz a uma modificação da estrutura, seguida por uma nova pressão de baixo. As características particulares da dominação da *gentry* e de sua relação com a plebe impedem conceber os aparelhos jurídicos e o Estado como simples instrumento, flexível em todos os sentidos, das vontades da burguesia. O modo particular de dominação da burguesia implicava em um Estado frágil e, por conseqüência, em um grande poder da plebe, da arraia-miúda. Dizer que o direito pode ser compreendido como autoridade do Estado repressivo pouco ajuda a compreender o contexto particular observado na Inglaterra do século XVIII. O direito era também uma retórica: definia a imagem que certos elementos da classe dominante faziam de si mesmos, uma imagem profundamente interiorizada. Que se possa encontrar juízes corruptos, uma *gentry* que desviava o direito para seus próprios fins, não muda nada quanto a esse fato fundamental. Sem dúvida, o exercício da lei era iníquo e obedecia aos interesses de classe. Mas os governos constitucionais e a retórica da lei tinham penetrado tão profundamente nas atitudes e no estilo da *gentry* que, embora esta última se encontrasse submetida a uma pressão muito forte dos movimentos plebeus,⁵ tinha a escolha entre destruir sua própria imagem e abandonar suas posições tradicionais (representações ideológicas e sistema de práticas ao mesmo tempo), produto de 250 anos de existência, recorrendo à imposição direta da força, ou aceitar uma modificação daquela estrutura de dominação e tentar manter

⁵ Na Inglaterra, ao contrário do que se passa na França, os movimentos revolucionários têm uma origem inicialmente plebéia, e não burguesa. A arraia-miúda, os artesãos qualificados e, depois, a partir de 1817-20, o novo proletariado, os tecelões, os operários das manufaturas, estão na origem das primeiras manifestações e organizações de massa, recebendo a colaboração de alguns porta-vozes e algum apoio vindos da burguesia fundiária e da classe média.

suas posições de poder nesse novo quadro. Havia ao menos duas correntes dentro da classe dominante: uma que tendia ao exercício direto da força, como por exemplo aquela que se exprime em Peterloo em 1819,⁶ e outra, decidida a salvar as formalidades constitucionais, ainda que ao preço de modificações importantes no papel da classe dominante. Tentei demonstrar, em *Senhores e caçadores*,⁷ que o direito é uma mediação específica e um terreno de oposição de classes e não um simples instrumento ideológico a serviço da dominação da classe dominante.

Cultura popular e fraqueza da Igreja

A perspectiva que adoto aqui implica em um ponto de vista particular sobre a cultura popular. Esta não poderia ser compreendida dentro do quadro da imposição hegemônica da dominação de classe. Meu método implica também em uma perspectiva um pouco diferente

⁶ N. dos T. f.: Em 1819, um comício de aproximadamente 50 mil pessoas em St. Petersfields, perto de Manchester, marca o ponto culminante das campanhas radicais e operárias em favor da reforma parlamentar. Esta agitação toma a forma de manifestação organizada, demonstração de força pacífica com vistas a uma reforma constitucional. A multidão pacífica e sem armas é acutilada com sabre pela milícia montada (*yeomanry*, manufactureiros, negociantes, taberneiros, comerciantes de Manchester) e pela tropa regular (hussardos). Esta "vitória", que fez 11 mortes e aproximadamente 500 feridos, será chamada, por ironia, o "massacre de Peterloo". Ela foi seguida de uma repressão policial e legal. Para uma análise detalhada do acontecimento, suas causas, suas conseqüências e seu significado político, ver *The making of the english working class*, pp. 734-768. [Na edição brasileira, ver *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, v. 3, pp. 256-290.]

⁷ N. do T.: *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

da desenvolvida pelos historiadores franceses. Estes, seguindo Fernand Braudel, exploraram sobretudo as determinações da base, demográficas, espaciais, temporais, geofísicas, agrárias, naturais, que pesam sobre a cultura popular. Isto permitiu compreender melhor e nuançar a noção de “mentalidade popular”, concebida de certo modo como uma formação involuntária à maneira de um dado geofísico. Meu material de estudo levou-me a privilegiar o aspecto ativo, voluntarista, criador de valores da cultura popular: o povo faz e refaz sua própria cultura. Não há experiência análoga à descristianização na história britânica. A imagem que eu proporia é a da destruição do carisma e da hegemonia cultural e espiritual da Igreja pela revolução puritana. Em seguida, o zelo e a força das seitas puritanas encontram-se enfraquecidos pela restauração da monarquia. E durante aquele período, de 150 anos aproximadamente, a indiferença religiosa se desenvolve; não se trata de uma descristianização ativa, mas de uma separação entre a Igreja e uma cultura plebéia pagã ou indiferente, desenvolvendo-se de modo autônomo. Depois, assiste-se a uma tentativa de reconquista do povo britânico, em parte pela Igreja, em parte pelas seitas metodistas e outras seitas não conformistas. Essa tentativa não vingou senão pela metade e levou a um enfrentamento semelhante ao que se passou na França, onde os deístas anticristãos militantes e os elementos anticristãos opuseram-se à Igreja nas cidades daquela época.

A perda do controle do povo pela Igreja no curso daqueles 100 anos explica a emergência de uma cultura popular autônoma. Pode-se observar diversos indícios. Um dentre eles, que eu estudo no momento, é a relação entre os lazeres e as distrações do povo e o calendário ritual da Igreja. Paul Bois, em seu estudo sobre os *Paysans de l'ouest*, escreveu que à sombra da Igreja se travaram todas as relações. Isso

não se aplica talvez apenas no oeste, mas penso que isso se aplica, até 1750, a toda a França. Estaria pronto a afirmar que dificilmente se encontraria uma região da Inglaterra em que se pudesse dizer a mesma coisa em 1750. As relações sociais, as relações de lazeres, mesmo os ritos de passagem, não estão mais sob o controle e a dominação da Igreja. Há ainda uma aparente obediência em relação a esta última, mas é uma obediência muito pouco profunda. O resultado é o renascimento das festas locais. Cada Igreja, na Inglaterra como na França, tem seu santo e sua festa anual. Na Inglaterra, o calendário ritual da Igreja concentra as festas no inverno, período no qual o trabalho é pouco abundante. Ao longo do século XVIII, as festas são todas deslocadas dos meses de inverno para o período situado entre os fenos e a colheita ou após a colheita, de modo que coincidem com o calendário agrícola. Existem, igualmente, as festas regionais anuais, de maior extensão, chamadas festas da Vigília ou festa dos Juncos.⁸ No princípio, do mesmo modo, elas são integradas ao calendário cerimonial da Igreja. No século XVIII, há uma ruptura com a Igreja: os feriados aumentam, atingindo até dois ou três dias por semana. As pessoas se dedicam a exercícios esportivos brutais, aos divertimentos sexuais, bebem muito – tudo isso escapa completamente ao controle do clero ou dos puritanos, sendo deixado ao único controle dos taberneiros, que vendem a cerveja. Tem-se assim uma cultura popular, plebéia, sobre a qual a Igreja tem muito pouca autoridade e que segue uma evolução autônoma. A *gentry*, longe de reprimi-la, tende, em geral, e particularmente a *gentry* tóri, a adotar uma atitude permissiva a seu respeito. A *gentry* deseja o apoio do povo, por isso favorece seus divertimentos, e os membros da *gentry* permitem, por vezes, que seus

⁸ N. dos T. f.: Festas anuais do tipo do carnaval.

nomes sejam utilizados sobre as tabuletas dos albergues, das tabernas, das lojas de bebidas. Eles organizam corridas, dão os preços às distrações populares, ao menos até 1780 (após a Revolução Francesa, não é mais o caso, pois estão assustados).

As Classes: *Gentry* e Plebe

Os membros da *gentry* são os herdeiros e os vencedores da Revolução Inglesa. Eles não constituem uma aristocracia feudal. No que se refere aos indivíduos, houve uma ruptura dentro das famílias, uma nova *gentry* nasceu. No que se refere à origem do seu dinheiro, tem-se o modelo tradicional de circulação: uma burguesia mercantil ou, mais tarde, industrial, com inclinação para comprar terra e fixar-se na *gentry*, e a *gentry* tende a casar suas filhas entre a burguesia pelo dinheiro. As análises que tentam aplicar um marxismo empobrecido à história inglesa têm dificuldade em aceitar a idéia de uma classe agrária, rentista ou empreendedora como verdadeira burguesia.⁹ Sem dúvida, faz-se necessário um esforço de acomodação semântica para imaginar uma classe de “burgueses” dispersa no campo e também residindo em suas terras; sem dúvida, é mais fácil ver no capital mercantil “o único núcleo verdadeiramente burguês da Revolução” mas, se afastarmos as associações com o modelo francês que o termo veicula, para não pensarmos senão no modo de produção capitalista, então é necessário seguirmos Marx e considerar os proprietários fundiários e os arrendatários como um núcleo muito poderoso e autenticamente capitalista. Não se pode dizer que a Revolução “tornou possível a transformação da classe dos proprietários fundiários em uma classe fundamen-

⁹ N. do T.: Este debate é desenvolvido em “As peculiaridades dos ingleses”.

mente capitalista” porque onde a lã ou então a produção de bens de consumo para Londres e para os mercados urbanos predominavam, esse processo já estava bastante avançado. Mas não se pode dizer que a Revolução provocou uma aceleração brutal nesse processo: o equilíbrio das forças era tal que as conseqüências últimas foram retardadas em aproximadamente um século. O que estava em questão, de um lado, era exatamente uma redefinição capitalista do “fundamento do estatuto da propriedade”, passagem do “antigo direito” ao “direito natural” e ao direito de aquisição, uma redefinição do modo e da organização da produção pela passagem da quase auto-suficiência à comercialização de bens visando o lucro, e uma redefinição das relações de produção pela passagem das coações orgânicas do senhor e da corporação às coações atomizadas de um mercado de trabalho livre. Isso ocasionou um conflito de conjunto e uma redefinição em todos os níveis à medida que as concepções organicistas e mágicas da sociedade cediam lugar ao direito natural e que a moral fundada sobre o desejo de adquirir se expandia às custas de uma moral visando a regulação autoritária da economia. E, de um outro lado, o movimento real foi extremamente complexo e prolongado, começando (para fixar um ponto de partida cômodo) com as grandes criações de carneiros dos mosteiros do tempo do *Domesday book*,¹⁰ passando pelo enfraquecimento dos barões durante as guerras, o crescimento do “trabalho livre”, os cercamentos das pastagens de carneiros, a apropriação e a redistribuição das terras da Igreja, a pilhagem do Novo Mundo, a drenagem dos pântanos e, em seguida, sob a Revolução e depois dela, o crescimento da quantidade de cercamentos e a recuperação das terras não cultivadas. Uma característica do capitalismo inglês é o mo-

¹⁰ N. dos T. f.: *Livro do dia do julgamento*, cadastro geral do reino que Guilherme, o Conquistador, mandou preparar pouco antes de sua morte (1096).

vimento de retorno das fortunas à terra. A Revolução confirmou os títulos de uma nova propriedade, mas esta propriedade já existia e estava ameaçada pelas tributações arbitrárias da Monarquia. Esta propriedade não tinha sanção assegurada na ideologia autoritária e mágica que sobreviveu às suas origens feudais. Mas, uma vez em marcha a Revolução, uma ameaça completamente diferente contra a propriedade apareceu, vinda da esquerda, dos *levellers*.¹¹ A Revolução de 1688 permitiu, não um compromisso entre o “feudalismo” e o “capitalismo”, mas um arranjo exatamente apropriado ao equilíbrio de forças sociais do momento e ao mesmo tempo suficientemente flexível para durar. Os beneficiários do entendimento foram precisamente aqueles que estavam representados no Parlamento, isto é, as pessoas que gozavam de uma propriedade substancial e, especialmente, de uma propriedade fundiária. Ao mesmo tempo, uma imunidade limitada e manipulada, além das medidas restritivas como as Corporation Acts e as Test Acts,¹² colocaram fora do jogo as pequenas manufaturas, artesãos, etc. A parte de carisma que a Coroa e a alta aristocracia souberam preservar permitiu manter a ordem social ao mesmo tempo em que se proibia (e isso graças à dissidência jacobita)¹³ o restabelecimento da antiga autoridade. A Igreja, obedecendo a um erastianismo¹⁴ sem grandeza, sob o controle local da *gentry*, e exercendo uma influência pouco profunda, de tipo mágico, reforçava a autoridade dos

¹¹ N. dos T. f.: Movimento igualitarista e radical nascido entre os republicanos em 1615, hostil à monarquia e parcialmente oposto a Cromwell.

¹² N. dos T. f.: Corporation Act (1661) e Test Acts (1673, 1678) visavam excluir dos cargos públicos as pessoas que não professassem a religião oficial.

¹³ N. dos T. f.: Legitimistas partidários da dinastia dos Stuart (Jacques II, derubado por Guilherme d'Orange em 1688).

¹⁴ N. dos T. f.: Doutrina que pregava a dependência da Igreja em relação ao poder temporal.

proprietários sobre o povo. Sustentei alhures que a *gentry* constituía uma burguesia agrária e não uma aristocracia que estivesse associada, por um reflexo de medo social, à burguesia industrial.¹⁵

A polaridade essencial da história inglesa no século XVIII é a oposição entre *gentry* e plebe e não entre *gentry* e burguesia (fenômeno não encontrável senão em certas situações urbanas). A plebe não é uma classe operária. Antes, se parece com a plebe romana. Ela compreende, de uma maneira ou de outra, o que se designaria na França como pequenos camponeses, onde os pequenos fazendeiros tradicionais existem ainda, artesãos e mercadores das vilas, lojistas (que são, é claro, também artesãos) muito semelhantes aos membros das seções de *sans-culottes* na França descritos por Soboul. Vemos aparecer esses indivíduos em Londres em 1792-1795 na Sociedade Londrina de Correspondência que tinha o modelo dos clubes jacobinos e das seções. Se se analisa a lista dos membros desta sociedade e se a compara às descrições de Soboul ou àquelas de outro estudo sobre as seções parisienses, encontra-se as mesmas profissões, os mesmos comércios.¹⁶

Seria muito apressado considerar essas pessoas como “pequenos burgueses”: eles existem de fato como pólo oposto ao poder da *gentry*. Ninguém, no século XVIII, teria a idéia de descrever a sociedade como uma sociedade de “uma só classe”.¹⁷ Havia governantes e governados, os grandes e os pequenos, as pessoas abastadas vivendo de suas pro-

¹⁵ N. do T.: Ver nota 9.

¹⁶ N. do T.: Cf. *A formação da classe operária inglesa*, op. cit., v. 1., pp. 15-23 e 111-204.

¹⁷ N. do T.: Cf., por exemplo, P. Laslett. *Ce monde que nous avons perdu. Famille, communauté et structure sociale dans l'Angleterre pré-industrielle*. Paris, Flammarion, 1969, pp. 29-52.

priedades e as sem eira nem beira. Entre elas – onde seria necessário situar as profissões liberais, a burguesia industrial nascente e as classes médias rurais (arrendatários abastados e médios proprietários) –, as relações de clientela e de dependência eram tão fortes que, pelo menos até os anos 60 do século XVIII, estes grupos não parecem modificar muito a polaridade essencial. Apenas o indivíduo que fosse “independente” da necessidade de se subordinar aos patrões podia ser considerado como alguém de posse de uma existência política completa – é um argumento que se pode invocar em favor da concepção “monoclassista”. Mas uma classe não se define somente pela identidade política. Para Fielding, a divisão evidente entre classes altas e baixas, entre as pessoas civilizadas e as demais, atravessava o país como um corte cultural:

“enquanto as pessoas civilizadas reservavam diversos locais para seu uso próprio, tais como, cortes, assembléias, óperas, bailes, etc., as pessoas do vulgo, fazendo círculo em volta de uma praça real chamada o Cercado dos Combates de Ursos de sua Majestade,¹⁸ tiveram sempre por quinhão os bailes, as feiras, as pândegas... Bem longe de se ver uns e outros como ‘irmãos’ na linguagem cristã, dificilmente se consideravam da mesma espécie”.

É um mundo onde patriciado e plebe se opõem. Não foi por acaso que os governantes fizeram referência à Roma antiga para constituir o modelo de sua própria ordem social. Mas uma tal polarização das relações de classe não elimina totalmente a existência política da plebe, que constitui um dos termos inlcusos na definição da *res publica*.

¹⁸ N. dos T. f.: Fielding opõe ironicamente as distrações vulgares como as lutas de animais (e notadamente de ursos) aos prazeres refinados da ópera e do baile.

Uma plebe, sem dúvida, não é uma classe operária. Seria necessário para isso que ela desse de si mesma uma definição consistente, que ela tivesse uma consciência de classe afirmada, objetivos claros, uma organização de classe estruturada. Mas a presença política da plebe, do “populacho,” ou da multidão, é evidente.¹⁹ Ela pesava sobre a alta política em um certo número de ocasiões: motins pró-Sacheverell,²⁰ agitação a propósito dos direitos indiretos, da taxa sobre a sidra, ebulições patrióticas e chauvinistas, que sustentaram a carreira de Pitt, o Primogênito, até mesmo Wilkes e outros;²¹ a sensibilidade desconfiada de uma multidão libertária definia, no sentido mais amplo, os limites do que era politicamente possível. Não devemos nos limitar à visão habitual que supõe que os trabalhadores estivessem encerrados em solidariedades fraternais ou na consciência “vertical” de cada ofício, e crer que isso tornava impossíveis solidariedades mais amplas e uma consciência de classe “horizontal”. O artesão urbano mantinha em parte um ponto de vista corporativo: cada ofício tinha suas canções, seus livretos de lendas; alguns, como os ferreiros e cardadores de lã, conservavam as festas de seu santo padroeiro e suas procissões rituais. Periodicamente, as distinções de ofícios eram encenadas nas festas e na vida social. Mais importante, quando se tratava

¹⁹ Os trabalhos de George Rudé sobre Londres permitem observar sua influência. Cf. *Wilkes and liberty, a social study of 1763 to 1774*. Oxford, Clarendon Press, 1962; *Hanoverian London, 1714-180*. London, Socker and Warburg, 1971.

²⁰ N. dos T. f.: Pregador julgado e condenado pelos sermões violentamente hostis aos ministros Whigs, o que provocou motins na multidão londrina.

²¹ N. dos T. f.: Wilkes (1727-1797), rico londrino, jornalista, conduziu campanha em favor das liberdades contra o autoritarismo de George III (que subiu ao trono em 1760). Várias vezes eleito e invalidado como deputado na Câmara dos Comuns, foi considerado um mártir da liberdade e foi algum tempo presidente da Câmara Municipal de Londres.

de definir seus interesses econômicos enquanto “produtores”, eles se organizavam solidamente no quadro de seu ofício para enviar petições às autoridades do Estado a fim de obter favores do modelo paternalista. E evidências desse tipo não faltam. Mas supor que a fraternidade do ofício estava necessariamente em contradição com as solidariedades ou objetivos mais amplos é totalmente falso.

Os Motins Populares: nem Explosões Selvagens, nem Revoluções “Racionais”

A característica peculiar das relações entre a *gentry* e a plebe revela-se a partir da análise dos motins populares, demasiadamente importantes na história inglesa no decorrer do século XVIII. Pode-se classificá-los em dois grupos: os motins “autônomos” e espontâneos e os motins tolerados.

No primeiro grupo pode-se classificar os motins de “taxação popular”, que se observam em larga escala entre os anos 1709-1740; 1756-1757; 1766-1767; 1782; 1795; 1800-1801. No curso desses motins procede-se às vendas forçadas do trigo e à destruição dos moinhos; os participantes são, sobretudo, operários de pequenas empresas, trabalhadores a domicílio, mineiros, trabalhadores da lã e da tecelagem, gente das cidades mais do que do campo. Isso não tem nada de um movimento agrário, mas pode ser caracterizado como um movimento da pequena indústria manufatureira. Mostrei alhures que se trata não de explosões selvagens da fome, mas de movimentos regrados que visam uma taxação popular.²² Do mesmo modo, é o que acontece com

²² N. do T.: Cf. “La economia moral de la multitud”, op. cit.

os motins a propósito dos pedágios de passagem, revoltas contra a construção de novas estradas com novos pedágios; ou ainda os motins contra os cercamentos (em uma escala menor, mas sobretudo nos pequenos centros urbanos circundados por terrenos comunais que se pretendia cercar). Enfim, diversos motins com motivos menos importantes mas muito violentos: contra o recrutamento forçado na marinha; contra as formas de taxaço particulares do licor, da sidra, da cerveja, do gin; em relação ao contrabando, motins conduzidos por centenas de pessoas; em relação à caça furtiva em terrenos fechados, por vezes em grande escala, aldeias inteiras coligando-se contra a aristocracia e a *gentry*.

Por outro lado, há os motins tolerados, a tradição dos motins pela Igreja e Rei,²³ pelos quais a *gentry* (ou elementos desta), às vezes, insuflava a multidão para usá-la contra seus inimigos. Pode-se tomar entre eles os motins contra os papistas (em Londres, em 1780, os de Gordon são os mais célebres, porém os mais importantes escaparam ao controle),²⁴ os motins contra as seitas não conformistas, contra os metodistas e, em particular, nos anos 1790, os motins contra os partidários da Revolução Francesa, os partidários de Tom Paine, as revoltas "antijacobinas", sustentadas pelas autoridades: molestava-se alguns adversários, queimava-se Tom Paine em efígie, acendia-se uma fogueira em sinal de regozijo.

Há motins intermediários entre essas duas categorias, difíceis de agrupar de um lado ou de outro, particularmente os da multidão londrina, grandes motins e tumultos do tempo de Wilkes, nos anos 1760, que, de um certo modo, eram tolerados porque a cidade estava

²³ N. dos T. f.: Assim denominados segundo o grito de guerra dos amotinados.

²⁴ N. do T.: Cf. *A formação da classe operária inglesa*, op. cit., v.1., pp. 65-6.

sob autoridade Whig, hostil ao Rei e ao governo, que servia-se da multidão como um meio de pressão; mas essas ações ultrapassaram aqueles que as iniciaram. O mais interessante nas situações de motim na Inglaterra é observar em que medida a *gentry* as acolhia com tolerância – uma característica muito particular da vida inglesa que eu gostaria de tentar explicar.

Modo de Dominação da *Gentry*

Partirei do paradoxo da tolerância da *gentry* para com a turbulência da arraia-miúda, paradoxo que precisa ser compreendido no quadro das relações entre essas duas classes. A atitude permissiva em face da vigorosa cultura popular pagã, uma certa precaução e mesmo uma certa delicadeza na manipulação da turbulência popular ou, ainda, uma certa bajulação estendida aos pobres no que concerne às suas liberdades e seus direitos – tudo isso nos coloca frente a um problema que exige uma análise sutil das relações entre as classes. Isso sugere uma espécie de reciprocidade nas relações entre ricos e pobres; parece que alguma coisa impede a utilização da força contra a indisciplina e a agitação; há, entre os ricos, uma espécie de cuidado em não tomar medidas que lhes alienariam os pobres e, entre os pobres – ao menos, em certas ocasiões, unidos ao grito de “Igreja e Rei” –, o sentimento proveniente das vantagens tangíveis em ganhar e solicitar o favor dos ricos. Essa relação mútua dificilmente pode ser analisada aqui senão como uma relação de classe (apesar disso desagradar aqueles que denunciam um anacronismo quando se fala de classe trabalhadora no século XVIII). O preço que a aristocracia e a *gentry* precisaram pagar, em contrapartida à fraqueza da monarquia e do Estado, foi a liberda-

de da multidão. Essa fraqueza do Estado revelava-se na sua incapacidade em utilizar a força rapidamente, na indulgência que ele manifestava (por razões ideológicas) quanto às liberdades individuais e numa burocracia fantasmagórica, de tal modo onerada por sinecuras, parasitismo e clientelismo, que ela não tinha, por assim dizer, a mínima existência. Tal é a estrutura em que é preciso situar a reciprocidade das relações entre governantes e governados. Só teria sido possível disciplinar a multidão se existisse uma classe dirigente unificada e coerente que aceitasse repartir amigavelmente os despojos do poder e governar por intermédio do controle sem limites que ela podia exercer sobre os meios de subsistência. Uma tal coesão não existiu em momento algum antes dos anos 1790, como várias gerações de historiadores demonstraram. As tensões entre a corte e o príncipe, o dinheiro e a terra, são profundas. Até 1750-1760, é necessário fazer distinções no interior da *gentry*. Há uma nítida diferença nas relações dos *whigs* e dos tóris com a multidão. Enquanto os *whigs* jamais são paternalistas convictos, os tóris estabelecem uma aliança mais ativa e mais afinada com a multidão. Após os anos 1750, o clima muda. Os conflitos entre a corte e a província se acalmam, de tal modo que se pode falar de um estilo paternalista para toda a *gentry*. Quando de um motim, as diferenças de atitude entre *whigs* e tóris desaparecem, ao menos ao quanto juiz de paz. Para manter seu poder sobre os pobres, os juízes devem demonstrar que não são nem papistas nem puritanos. Eles devem, ao menos em aparência, se oferecer como mediadores. Em caso de motim, recorrem à persuasão moral antes de convocar a força.²⁵

²⁵ Isso também provinha, às vezes, de um elemento de simpatia ativa pela multidão, especialmente quando a *gentry* se sentia lesada pelo lucro que os intermediários tiravam de seu trigo ou daquele de seus arrendatários.

Nessas condições, a dominação da *gentry* repousa em parte na encenação da hegemonia cultural. Ela é sublinhada pelo estilo teatral que seus membros dão ao exercício de suas funções oficiais: perucas, bengalas, vestidos, postura, gestual e movimentos. Há um estilo retórico muito estudado, particularmente afirmado no ritual da justiça e das cortes de justiça. Se a teologia está no centro da ideologia do século XVII, quanto ao século XVIII não há nenhuma dúvida que é o direito. Quando dos motins, são os civis, e não os militares, que intervem para acalmar a multidão. Dois tipos de fatos são importantes para a dominação cultural exercida pelas autoridades civis sobre o povo: no topo, o ritual das grandes cortes, as sessões, as procissões de juízes pela cidade – procissões realizadas de acordo com um cerimonial muito formal; na base, as baladas, os cantos, as estórias, o folclore dos criminosos, dos enforcados, etc. Tyburn²⁶ está exatamente no centro da luta ideológica na sociedade do século XVIII. Analisei em “Patrician society, plebeian culture” as características desse estilo de dominação, encenação de uma hegemonia cultural à qual se contrapõe uma tradição subterrânea do terror popular.

As instituições jurídicas e a lei jogam um papel essencial. A classe dominante encontrava uma legitimação, exercendo um poder “constitucional” e dominando por intermédio de um processo verdadeiramente legal; as classes dominadas afirmavam sua imagem de si mesmas como ingleses nascidos livres, tendo um direito igual perante à lei (o que não é a mesma coisa que o estatuto de cidadão). A dialética repressão-protesto-concessão move-se no interior dessa retórica e dessas formas. A lei não é um simples instrumento de dominação,

²⁶ N. dos T. f.: Praça de execuções capitais onde eram erguidos os patíbulos em Londres.

E. P. Thompson

mas também uma ideologia, a qual legitima a dominação da *gentry*. A hegemonia da *gentry* e da aristocracia no século XVIII não se exprime, primordialmente, nem pela força militar, nem pelas mistificações de um clero ou da imprensa, mas no ritual das cortes de justiça.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE CLASSE E “FALSA CONSCIÊNCIA”¹

E. P. Thompson

Dado que me encontro em desacordo com muitos outros marxistas (ou também não marxistas) que se ocupam com o tema da classe e da consciência de classe, pode ser proveitoso, para os fins dessa discussão, formular algumas observações de forma sintética e, talvez, de uma maneira um pouco seca. De fato, levar a efeito uma demonstração de cada uma dessas minhas observações naturalmente pediria uma intervenção bem mais ampla e complexa.

¹ N. do T.: Original extraído dos Quaderni Storici, nº 36, 1977.

Parcialmente publicado no artigo “Class struggle without classes?”, que não tem tradução conhecida para o português, e excluído de “The patricians and the plebs”, artigo que condensa “Class struggle without classes?” e “Patrician society and plebeian culture” (publicado em sua última coletânea, *Customs in common*), o texto traduzido traz, na íntegra, a intervenção de Thompson no seminário Formação e Mudança das Consciências Plebéia e Proletária entre os séculos XVIII-XX, realizado em junho de 1977 na Universidade de Konstanz (na então Alemanha Ocidental).

Para efeitos de cotejo, foi utilizada a versão para o espanhol de Josep Montes Pérez, publicada em *Historia Social*, nº 10, 1991. As notas assinaladas com N. da T. E. são de Pérez. Tradução de ANTONIO LUIGI NEGRO.

(1) “Classe”, na minha prática, é uma categoria *histórica*, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo. Conhecemos as classes porque, repetidamente, as pessoas se comportaram de um modo classista. Este andamento histórico gera regularidade de resposta em situações análogas, e, em um certo nível (o da formação “madura” das classes), nos permite observar o nascer de instituições e de uma cultura com traços de classe passíveis de uma comparação internacional. Somos então levados a teorizar este fenômeno como uma teoria global das classes e da formação das classes, esperando encontrar algumas regularidades, certos “estágios” de desenvolvimento, etc...

(2) Contudo, a esta altura, ocorre que, com excessiva frequência, a teoria prevalece sobre o fenômeno histórico que se propõe teorizar. É plausível supor que classe seja levada em consideração, não no quadro do processo histórico, mas abstratamente. Ainda que não admitamos que isso se dê apenas no terreno do mental, uma grande parte do discurso sobre as classes ocorre, em realidade, assim. Ou melhor, modelos ou estruturas são teorizados pressupondo-se que neles se verifiquem definições objetivas de classe, como por exemplo a da expressão de relações diversas de produção.

(3) Deriva deste falso modo de pensar a noção de classe como uma categoria estática, tanto sociologicamente quanto heurísticamente. Em ambos os casos, embora diferentes, servimo-nos de categorias de tipo estático. Em uma difundida tradição sociológica, geralmente de cunho positivista, classe pode ser reduzida a uma pura e simples medida quantitativa: tantas pessoas nesta ou naquela determinada relação com os meios de produção ou, em termos mais grosseiros, “x” ou “y”, tantos assalariados, tantos “colarinhos-brancos”, e por aí vai. Segundo uma tradição ligeiramente distinta, essa definição de tipo

estático pode ser adotada para a crítica da noção marxista de classe. Por exemplo, os assalariados não se comportam de um modo condizente com sua condição proletária ou mesmo alguns deles, quando interrogados, não sabem definir-se ou afirmam pertencer ao "estrato médio". Ou, ainda mais, classe é aquilo que a classe diz *supor* representar em uma resposta a um questionário. Mais de uma vez, classe como categoria histórica, no seu comportamento através do tempo, resulta excluída.

(4) Gostaria de afirmar que classe como categoria histórica pertence ao preciso e dominante uso marxista. Creio poder demonstrar que muitas vezes no próprio Marx – e, especialmente, em *O capital* – é esta a acepção dominante, mas esse não é o lugar para fornecer provas segundo uma autoridade filológica. Esse é, de qualquer modo, o pressuposto de muitos, senão todos, da tradição histórica marxista inglesa, sobretudo os da velha geração.² Seja como for, restou bem claro nos últimos anos que classe como categoria estática tem conquistado peso em setores muito relevantes de todo o pensamento marxista. Nos termos econômicos correntes, se trata tão somente de uma categoria gêmea daquela sociológica positivista. De um modelo estático de relações capitalistas de produção, vêm extraídas as classes que lhes devem corresponder, e a "consciência" que deve corresponder às classes e à sua respectiva inserção. Em uma forma comum, geralmente leninista, isso fornece uma boa justificativa para uma política de "substitutivos", como aquele de uma "vanguarda" que saberia mais que a própria classe qual seria tanto o interesse verdadeiro quanto a consciência mais conveniente a essa mesma classe. Em uma forma alternativa,

² N. do T.: Nessa mesma coletânea Thompson critica o uso que Anderson e Nairn, destacados integrantes das novas gerações de marxistas britânicos de então, faziam do conceito de classe. Ver "As peculiaridades dos ingleses".

mas muito mais sofisticada, com Althusser, temos de novo uma categoria profundamente estática, uma categoria que encontra a própria definição apenas em uma totalidade estrutural estática. Malgrado esta sofisticação teórica, malgrado o fato de esta teoria refutar o processo histórico *empírico* real da formação da classe, os resultados são muito próximos dos da versão economicista vulgar. Ambos apoiam-se em uma análoga noção de “falsa consciência”, mesmo que a teoria de Althusser e outras entre as mais sofisticadas do “marxismo ocidental” tendam a apresentar um arsenal teórico mais amplo com que explicam a dominação ideológica e a mistificação da consciência.

(5) Se retornarmos à classe como categoria historiográfica, podemos ver historiadores dispendo do conceito com dois significados diferentes: (a) com referência ao conteúdo histórico correspondente, empiricamente observável, e (b) como uma categoria heurística ou analítica, recurso para organizar uma evidência histórica cuja correspondência direta é muito mais escassa. No meu modo de ver tal conceito, pode ser adotado com propriedade em ambos os sentidos. Todavia, confusões geralmente surgem quando nos deslocamos de uma acepção para outra.

No primeiro caso, é óbvio que classe no seu uso moderno guarda relação com a sociedade capitalista industrial do século XIX. Isto é, somente no seu uso moderno a classe torna-se utilizável para um sistema de conhecimento da sociedade que vive nesse período. Por isto, o conceito não só nos permite organizar e analisar a evidência mas está também presente, com um novo sentido, *na evidência mesma*. Podemos, desse modo, observar, na Grã-Bretanha, como na França ou Alemanha, instituições de classe, partidos de classe, culturas de classe, etc... Essa evidência histórica, por sua vez, deu origem, à medida em que se desenvolveu, ao mais maduro conceito de

classe e o marcou, em um certo nível, com sua própria especificidade histórica.

No outro caso, a especificidade histórica, anacrônica, deve ser levada em conta quando lançamos mão do conceito na análise de sociedades anteriores à Revolução Industrial. De fato, a correspondência da categoria com a evidência histórica torna-se então muito menos direta. Se a classe não é admitida no sistema de conhecimento das próprias pessoas e se elas se nomeiam e levam adiante suas batalhas históricas em termos de "estados", de "ordens", etc., então, ao descrevermos tais conflitos em termos de classe, devemos nos esquivar de toda tendência de interpretá-los segundo concepções de classe posteriores.

O fato de se manter o uso da categoria heurística de classe, não obstante as dificuldades indicadas, não deriva da perfeição do conceito mas da carência de categorias alternativas adequadas à análise do processo histórico evidente e universal. Por este motivo não podemos, no idioma inglês, falar de "luta de estados" ou de "luta de ordens" no momento em que o recurso à "luta de classes" foi, não sem dificuldades, notavelmente exitoso quando operado por estudiosos da Idade Antiga, medieval ou protomoderna; ali onde tais historiadores, no seu manuseio particular, introduziram suas advertências e qualificações específicas ao conceito nos seus próprios campos históricos.

(6) Isso sublinha, portanto, o fato de a classe, no seu sentido heurístico, ser inseparável da noção de "luta de classes". A meu juízo, foi dada excessiva atenção, freqüentemente de maneira anti-histórica, à "classe", e muito pouca, ao contrário, à "luta de classes". Na verdade, à medida que é mais universal, luta de classes me parece ser o conceito prioritário. Talvez digo isso porque a luta de classes é evidentemente um conceito histórico, pois implica em processo, e, portanto, seja o

filósofo, o sociólogo ou o criador de teorias, todos têm dificuldade em utilizá-lo. Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham para o seu redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêm numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os que as exploram), identificam os nós dos interesses antagônicos, se batem em torno desses mesmos nós e no curso de tal processo de luta descobrem a si mesmas como uma classe, vindo pois a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. Mas se adotamos uma concepção estática da categoria de classe, ou se fazemos descender esse nosso conceito de um modelo teórico preliminar de totalidade estrutural, não procederemos assim pois estaremos subentendendo que a classe está presente desde o início como um resultado de relações de produção, *daí* derivando a luta de classes.

Quando digo que classe e consciência de classe são sempre o último estágio de um processo real, naturalmente não penso que isso seja tomado pelo seu sentido literal e mecânico. Uma vez que uma consciência de classe madura tenha se desenvolvido, os jovens podem ser “socializados” em um sentido classista e as instituições de classe prolongam as condições para sua formação. Pode-se gerar tradições ou costumes de antagonismo de classe que não correspondam mais a um antagonismo de interesses. Mas tudo isso faz parte da complexidade que habitualmente encontramos na nossa análise histórica, especialmente a contemporânea. A questão é que não podemos falar de classes sem que as pessoas, diante de outros grupos, através de um processo de luta (o que compreende uma luta em nível cultural), entrem em

relação e em oposição sob uma forma classista ou ainda sem que modifiquem as relações de classe herdadas, já existentes.

No belíssimo estudo de Temma Kaplan sobre a Andaluzia,³ que supera todas as críticas que eu poderia levantar, um estudo que é uma exposição lucidíssima de um processo real de formação das classes, se vê, aliás, uma afirmação indicadora das dificuldades encontradas: "o proletariado pode tornar-se consciente de si mesmo somente desenvolvendo a consciência de classe ao passo que a burguesia contra quem luta já é consciente de si" (p. 27). Ora, a dificuldade não reside na proposição conclusiva. Antes, eu mesmo insisti no fato de a classe não poder ser individualizada independentemente das *relações* com outros grupos sociais e classes e reconheço que a relação deva ser recíproca. Mas a dificuldade reside na primeira proposição de Kaplan. Pois, se o proletariado é verdadeiramente privado da consciência de si mesmo como proletariado, então não pode se definir assim. Para um historiador, e espero poder afirmar que isso vale para um historiador marxista, atribuir o termo "classe" a um grupo privado de consciência de classe, ou de cultura de classe, e que não age nessa direção, é uma afirmação destituída de significado. Podemos dizer: "os pobres, ou a plebe, podem vir a ter consciência de si apenas enquanto proletariado", tal é a seqüência histórica da formação de uma classe. Se, de fato, este pobre ou esta plebe se definem com outros grupos (proprietários de terra, mercadores, Estado) sob um ponto de vista classista e se possuem uma consciência correspondente, que não é a de um "proletariado" maduro ou classe operária, logo o problema histórico começa com a análise e definição deste específico processo de formação

³ N T. E.: *Orígenes sociales del anarquismo en Andalucía*. Crítica, Barcelona, 1977.

da classe (como muito bem faz Temma Kaplan). Através de análises e definições similares, logamos descobrir as insuficiências escondidas sob o uso do termo “classe operária”, podendo reexaminá-lo.

Tenho certeza de ser culpado pelas mesmas faltas de Temma Kaplan, mas, eventualmente, mesmo Marx, algumas vezes, o foi. Tudo o que posso dizer é: estou procurando agora deixar de ser culpado. O meu texto, apresentado ao Davis Centre, faz um acerto de contas com problemas análogos e nele explico porque prefiro, para a Inglaterra do século XVIII, o termo “plebe” como também porque dou uma prioridade heurística à luta de classes (e àquilo que chamo de “campo de forças”) em detrimento de classe. Nem me parece que o ponto em questão seja, em absoluto, de importância secundária. Se creio que, de fato, um certo dado histórico não está de acordo com as costumeiras categorias de classe, então, ao invés de golpear a história para salvar as categorias, devemos instigá-las com novas análises. Por muitas décadas, os historiadores foram intimidados pelo fracasso de grandes teóricos; é tempo de insistirem muito decididamente para que a teoria leve em consideração os resultados historiográficos.

(7) Suponho que ninguém possa pensar, por tudo isso, que eu corrobore a idéia de a formação da classe ser independente de determinações objetivas, nem que eu sustente que classe possa ser definida como simples fenômeno cultural, ou coisa semelhante. Isso seria, creio, desmentido pela minha própria prática de historiador, como pela de muitos outros. Resta o fato de essas determinações objetivas pedirem um exame muito escrupuloso. Todavia, em primeiro lugar, nenhum exame das determinações objetivas e, mais do que nunca, nenhum modelo eventualmente teorizado podem levar à equação simples de uma classe com consciência de classe. A classe se delinea segundo o modo como homens e mulheres *vivem* suas relações de produ-

ção e segundo a *experiência* de suas situações determinadas, no interior de "o conjunto de suas relações sociais", com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo através do qual se valeram dessas experiências em nível cultural. De tal sorte que, afinal, nenhum modelo pode dar-nos aquilo que deveria ser a "verdadeira" formação de classe em um certo "estágio" do processo. Em uma análise comparativa, o modelo tem apenas valor heurístico, passível de geralmente redundar em perigo dada sua tendência em direção a uma estase conceitual. Na história, nenhuma formação de classe específica é mais autêntica ou mais real do que uma outra. As classes se definem de acordo com o modo como tal formação acontece efetivamente.

Em segundo lugar, muito da teoria marxista e, igualmente, embora em menor parte, muito da historiografia marxista foram distorcidas pelo exame da classe segundo as categorias de "base" e "superestrutura". As forças e as relações produtivas nos forneceriam a "base" (que se supõe real e objetiva) e delas a consciência de classe emergiria como uma superestrutura "derivada".

Aqui não é o lugar para sublinhar uma vez mais as minhas antigas e freqüentemente manifestas objeções a este tipo de procedimento. Objeções retomadas recentemente na parte final de *Senhores e caçadores*,⁴ para não falar de Raymond Williams, que expressou, nos últimos 20 anos, posições muito próximas das minhas, recentemente recapituladas com muita lucidez e nitidez em seu *Marxismo e literatura*.⁵ Já o demonstrei anteriormente e me resta somente repetir que, no meu modo de ver, a desafortunada analogia, ou metáfora, apresen-

⁴ N. do T.: Originalmente publicado em 1975.

⁵ N. do T.: Originalmente publicado em 1977.

ta uma tendência redutiva inerente. E por mais sofisticada que seja a primeira, a última jamais será superada, de modo que continuarei a insurgir-me contra uma – totalmente irreal – semelhante classificação das atividades e características entre dois campos considerados como primário e derivado.

Esta analogia, mesmo uma vez à sombra, quando aplicada às classes, nos fornece uma classe – ou uma “classe em si” – no nível da base que se traduz em consciência de classe – ou “classe para si” – quando, porventura, desemboca no nível da superestrutura. Se essa não dá origem a uma direção própria, devemos então introduzir o conceito de “falsa consciência”. A classe está ali, mas, mistificada; não conhece a si mesma nem seus próprios e verdadeiros interesses. Para dizê-lo mais elaboradamente: essa teoria pode dar lugar a uma teoria das classes que evoca Platão, pois oferece um modelo de desenvolvimento por etapas da formação da classe do qual a história deveria conformar-se, e, caso a evidência se oponha, ou se corta a parte válida ou se introduz a “falsa consciência”. Na Inglaterra, já expressei a opinião pela qual o excelente historiador John Foster teria caído neste tipo de concepção leninista-platônica. E quando Gareth Stedman Jones, na sua intervenção preparatória a este encontro, se refere à consciência política dos cartistas, não nos termos em que se deu (coisa sobre a qual ele pouco teria a dizer), mas nos termos daquilo que deveria ter sido, até ele alcança um autêntico resultado do gênero “platônico”.

(8) Resultará claro que o conceito de “falsa consciência”, se referido a uma classe, não o vejo com simpatia. No melhor dos casos, é uma afirmação destituída de significado e, no pior deles, é uma construção teórica absurda, em torno da qual partidários das *élites* – que sabem bem, muito melhor que os protagonistas, como a história deve

ser – se insinuam continuamente por ocasião de discussões e seminários universitários.

Uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma. De outro modo, não é, ou não é ainda, uma classe. Quer dizer, não é “algo” ainda, não tem espécie alguma de identidade histórica. Até aquela díspar e móbil entidade que é a multidão ou a plebe da Inglaterra do século XVIII possuía uma noção de seus direitos de legalidade e de respeito, que foram investigados pelos historiadores. Se sua noção de seus próprios direitos, a própria consciência, fossem outras, e fossem diversas de suas atitudes, então teria tido lugar um outro tipo de classe, como de fato começou a haver depois de 1816. Mas dizer que classe no seu conjunto tem uma consciência verdadeira ou falsa é historicamente sem sentido.

Pode nascer uma dificuldade da palavra consciência. Se aplicada a uma coletividade muito ampla como uma classe, designa uma cultura global desprendida da formação. Ela não pode ser nem “verdadeira” nem “falsa”. É simplesmente o que é. Numa acepção mais limitada, pode porém servir para indicar a política ou a estratégia dominante numa relação com outras classes, conduzida por seus líderes, partidos, por outras instituições. Nestes termos mais circunscritos podemos talvez recuperar a noção de falsa consciência no sentido escrito por Engels a Mehring (em 14 de julho de 1893): “a ideologia é um processo operado pelo assim chamado pensador de maneira consciente, com uma falsa consciência portanto. Os reais intentos que o impulsionam lhes são mantidos desconhecidos. De outro modo, não se tratará, de modo algum, de um processo ideológico”.

Neste sentido estritamente ideológico (que, além do mais, demanda um uso mais limitado do termo “ideologia” do que o corrente), me parece que opera um conceito histórico pontual e muitas vezes

apropriado. Uma vez que estamos considerando aqui as ilusões e deformações ideológicas características, a estrutura profunda da ideologia característica deste período, é possível que a teoria política dominante de uma classe esteja informada por estas ilusões características ou seja sujeita ao domínio destas “falsas” idéias. Mas se trata de uma operação muito específica de análise histórica e intelectual. Não podemos ir além, pensando que, se estas ilusões fossem superadas, se, enfim, a consciência fosse “desmistificada”, daí emergiria uma “verdadeira” consciência, o e que podemos extrair de um modelo platônico dissimulado, um projeto daquilo que a consciência deveria ser. Para esta, as classes mesmas e suas ações deveriam ter sido diversas. Isto é, as suas relações com as outras classes mudariam nitidamente, se manifestariam novos conflitos à medida que essa adquiere ou perde a adesão de outros grupos e que mude de estratégia, partidos, instituições. Resumindo: teríamos um tipo diverso de luta de classes.

Ou ainda, para dar mais um exemplo, os intelectuais sonham amiúde com uma classe que seja como uma motocicleta cujo assento esteja vazio. Saltando sobre ele, assumem a direção, pois têm a verdadeira teoria. Esta é uma ilusão característica, é a “falsa consciência” da burguesia intelectual. Mas quando semelhantes conceitos dominam a inteira *intelligentsia*, podemos falar de “falsa consciência”? Ao contrário, tais conceitos terminam por ser muito cômodos para ela.

BIBLIOGRAFIA:

OUTROS ESCRITOS E ENTREVISTAS DE THOMPSON

I - Livros e Artigos

“Anthropology and the discipline of historical context”. In: *Midland History*, I, 3, 1972.

“Caudwell”. In: Milliband, R.; Saville, J. (org.), *Socialist Register*, 1977. Londres, Merlin, 1977.

Customs in common. Harmondsworth, Penguin Books, 1993.

Double exposure. Londres, Merlin, 1985.

“El delito del anonimato”. In: *Tradición. revuelta y consciencia de clase*. Barcelona, Crítica, 1979, pp. 172-238. Original: “The crime of anonymity”. In: Hay, Douglas; Linebaugh, Peter e Thompson, E. P. *Albion's fatal tree*. Harmondsworth, Penguin Books, 1975, pp. 255-308.

“La economía ‘moral’ de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII”. In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase*, op. cit., pp. 62-134. Original: “The moral economy of the english crowd in the eighteenth century”. In: *Past and Present*, n° 50, fevereiro de 1971, pp. 76-136.

“El entramado hereditario: un comentario”. In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase*, op. cit., pp. 135-172. Original: “The grid of

E. P. Thompson

inheritance: a comment". In: Thompson, Edward, Goody, Jack e Thirska, Joan. *Family and inheritance*. Londres, Cambridge University Press, 1976, pp. 328-360.

Exterminismo e guerra fria. São Paulo, Brasiliense, 1985.

"Folklore, anthropology and social history". In: *The Indian Historical Review*, vol. 3, n° 2, janeiro de 1977, p. 247-266. Republicado em *Making history*.

A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, 3 volumes.

"On history, sociology, and historical relevance". In: *British Journal of Sociology*, 27 (2), 1976.

Making history. Writings in history and culture. Nova Iorque, The New Press, 1994.

A miséria da teoria. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

"An open letter to Leszek Kolakowski". In: *The poverty of theory & other essays*. Nova Iorque, Monthly Review Press, 1978, pp. 303-402.

"Outside the whale". In: *The poverty of theory & other essays*, op. cit., pp. 211-43.

"An orrery of errors". In: *Reasoning one*. Londres, Merlin, setembro de 1978.

"La politica de la teoria". In: Samuel, Raphael (org.), *Historia popular y teoria socialista*. Barcelona, Crítica, 1984, pp. 301-17.

"Patrician society, plebeian culture". In: *Journal of Social History*, vol. VII, n° 4, 1974.

The poverty of theory & other essays. Nova Iorque, Monthly Review Press, 1978.

“Romanticism, moralism and utopianism: the case of William Morris”. In: *New Left Review*, nº 99, 1976.

“Rough music: le charivari anglais”. In: *Annales E.S.C.*, 27:2, 1972.

Senhores e caçadores. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

“La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?”. In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase*, op. cit. 1979. Original: “Eighteenth century english society: class struggle without class?”. In: *Social History*, III, 2, maio de 1978.

The heavy dancers. Londres, Merlin, 1985.

The sykaos papers. Londres, Bloomsbury, 1988.

“Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial”. In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase*, op. cit., pp. 239-393. Original: “Time, work-discipline and industrial capitalism”. In: *Past and Present*, nº 38, 1967, pp. 56-97.

William Morris: romantic to revolutionary. Londres, Merlin, 1977.

Witness against the beast. Cambridge, Cambridge University Press, 1993.

Writing by candlelight. Londres, Merlin, 1980.

Zero option. Londres, Merlin, 1982.

E. P. Thompson

II - Em Colaboração com Outros Autores

Albion's fatal tree. Londres, Allen Lane, 1975.

"Agendas for radical history". In: *Radical History Review*, nº 36, 1986.

III - Entrevistas

"Una entrevista con E.P.Thompson". In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase*, op. cit., pp. 294-318. Original: "An interview with E.P.Thompson". In: *Radical History Review*, vol. III, nº 4, março de 1976, pp. 4-25. Republicada em: MAHRO (The Radical Historians Organization), *Visions of history*. Manchester, Manchester University Press, s/d, pp. 5-25.

"European nuclear disarmament. An interview with E. P. Thompson". In: *The Socialist Review*, nº 58, 1981.

"East and europe belong to the same culture". In: *The Listener*, 13/6/1985.

"Intervista a E. P. Thompson". In: *Quaderni storici*, nº 92, 1996.

NOME: _____

Name: _____

ENDEREÇO: _____

Address: _____

RECEBEMOS: _____

We have received: _____

FALTA-NOS: _____

We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DA REMESSA
Non-acknowledgement of receipt will indicate that further publications are not wanted.

À
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal 6.110
13081-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: (019) 788.8342
Telex: (019) 1150 - Telefax (019) 239.3327